

SESSÕES DO PLENÁRIO

30ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de abril de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Do Deputado Rosemberg Pinto comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente na Sessão do dia 26/03/2015, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Pastor Sargento Isidório comunicando que, a partir do dia 02/04/2015 estará ausente nas Sessões, devido a problemas de saúde.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Para iniciar, com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, hoje, quero dedicar os meus 5 minutos a um requerimento que vou dar entrada daqui a pouco solicitando a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos relacionados a suposto sobrepreço identificado pelo Tribunal de Contas da União em contratos administrativos celebrados com empreiteiras em 1999 para a realização das obras do metrô da capital do Estado.

Faço questão de apresentar esse requerimento pedindo a criação dessa CPI. É bom que V.Ex^a, que é do PSDB, ouça com bastante atenção, porque saiu na Folha de São Paulo, jornal lá do lado deles, no dia 05 de abril, domingo, colocando os valores recebidos pelo deputado Antônio Imbassahy. Ele que hoje se arvora de paladino da moralidade e está presidindo a CPI da Petrobras achando que ninguém presta no PT e que ele é o porretão, que ele é quem vai apurar todas as irregularidades, toda a corrupção. Mas está aqui na Folha de São Paulo, para quem quiser ler. Vou ler só uns trechinhos para não dizer que estou inventando. Empresas envolvidas no escândalo da Petrobras teriam elevado o preço do metrô de Salvador em 166 milhões, na época do prefeito Antônio Imbassahy. Obras começaram na gestão de Antônio Imbassahy, vice-presidente da CPI que investiga a estatal Petrobras. Então, o que a matéria diz? Diz que (Lê):- *“Empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção da Petrobras também foram acusadas pelo Ministério Público Federal de terem superfaturado o metrô de Salvador em 1999, maior obra da gestão do atual vice-presidente da CPI da Petrobras, deputado Antônio Imbassahy (PSDB-BA), à época prefeito da capital baiana.”*

Como eu disse, e vou repetir, nós não temos o poder de mídia, a mídia hoje, principalmente a Folha de São Paulo, Globo e outras mais, é uma mídia monopolizada e partidarizada. Por isso que faço questão, toda vez que chego a esta tribuna, de divulgar o que eles não divulgam. Porque se isso fosse coisa de alguém do PT já estava em todos os canais. E não é só ele, não, tem também o governador do Paraná, Beto Richa, que teve um primo preso por irregularidades no contrato. E também ninguém fala sobre isso, a Globo não diz uma linha, um minutinho nos seus jornais diários. E ainda tem o crime de nepotismo, o primo de Beto Richa é preso em Londrina. Só vou ler aqui a manchete da matéria. É suspeito de ganhar uma licitação suspeita no ano passado e está na penitenciária de Londrina, para o cunhado de Beto Richa ele era quem dava as cartas no governo.

Faço questão de ler essas coisas aqui, companheiros. Sem contar com as matérias dos jornais daqui da Bahia. Está aqui a Tribuna da Bahia: "Envolvidas no Petrolão acusadas de desvios no metrô. Empreiteiras investigadas foram acusadas pelo MPF de superfaturar metrô de Salvador." Tem mais aqui na Folha de São Paulo que diz que (Lê):- *"Nas eleições do ano passado, Imbassahy recebeu doações de R\$30mil da Braskem, empresa ligada a Odebrecht, R\$250 mil da OAS e R\$76,8*

mil da UTC.

A CPI da Petrobras, que já tem mais de um mês de funcionamento, não aprovou nenhum requerimento para convocar representantes dessas empresas ou para quebrar sigilos delas."

Então, acho que não é justo, adoece a democracia, termos uma mídia partidarizada que só notícia um lado das coisas que acontecem nesse Brasil. Vou pedir mais um tempinho nos horários dos partidos para concluir minha opinião. Faço questão de ler o meu requerimento e pedir aos meus pares que o assinem para que possamos instalar esta CPI e fazer o contraponto, porque não dá para o Sr. Antônio Imbassahy estar posando de paladino da moralidade e a mídia não divulgar nada das suas práticas irregulares constantes.

Já acabei, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de informar que estamos nomeando uma Comissão - composta por um representante da Mesa, o deputado Fabrício Falcão, dois parlamentares da base do governo, Zé Raimundo e a deputada Fabíola Mansur, e dois da Oposição indicados pelo deputado Sandro Régis, os deputados Fábio Souto e Luciano Ribeiro - para que faça uma triagem dos projetos que tramitam nesta Casa e aqueles que tenham viabilidade política sejam enviados à Mesa Diretora.

De lá irão para a Comissão de Constituição e Justiça, com prazo para serem aprovados ou reprovados na constitucionalidade, para que depois possamos aprovar aqui em Plenário aqueles projetos que forem acertados primeiro entre as Comissões, segundo pela Mesa Diretora, terceiro entre os Líderes Partidários e quarto - a adição final - pelo próprio Plenário.

Esta Comissão será presidida pelo deputado Fabrício Falcão, que é representante da Mesa Diretora, e integrada pelos deputados Zé Raimundo, Fabíola Mansur, Fábio Souto e Luciano Ribeiro, como eu já disse.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, mais uma vez volto a esta tribuna para falar das denúncias de superfaturamento no Hospital Geral Clériston Andrade.

Sobre o discurso da deputada Luiza Maia, ela atira mas não se sabe para onde está atirando. É uma parlamentar desinformada. A deputada Luiza Maia é desinformada. Esta Casa já apresentou e analisou uma CPI do Metrô, e ela não sabe disso. Porém esta é uma questão que vou deixar para o deputado Adolfo Viana responder à senhora. Ele irá provar que V.Ex^a é desinformada, faz espuma e joga para a mídia sem conhecimento do que está falando, sem embasamento.

Uma coisa é apresentar dados, outra é fazer espuma e jogar para a mídia sem

conhecimento. Daqui a pouco os Srs. Deputados tomarão conhecimento dos dados que serão apresentados aqui pelo deputado Adolfo Viana, que vai descaracterizar o seu discurso, deputada Luiza, e mostrar que V.Ex^a é totalmente desinformada. Lamento ter de dizer isso da senhora, que é uma parlamentar pela qual nutro muita simpatia e muito carinho, mas é totalmente equivocada.

V.Ex^a se caracteriza no seu mandato por fazer espuma e trazer dados aleatórios. Leu o jornal, não se aprofundou e vem aqui fazer acusações querendo uma CPI sem apresentar nenhuma matéria fundamentada, a não ser uma que saiu no jornal. Ora, não posso entender que a deputada esteja metida em algum ato de corrupção simplesmente por uma nota veiculada na Rádio Sucesso, lá em sua cidade. Eu posso dizer que a deputada Luiza Maia está chamuscada, está em um verdadeiro lamaçal de corrupção simplesmente porque algum desafeto, algum veículo de comunicação assim procedeu?!

Ora, é necessário que apresentemos dados. A nossa Comissão, a nossa Bancada vão assinar a CPI, deputada. Agora, apresente dados e fatos que mereçam realmente que analisemos essa situação do metrô. O que apresento aqui está no Ministério Público. Está sendo investigado que no Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana, no período de 2013 a 2014, foram realizadas cirurgias de varizes em mutirão. Se o Estado fizesse essas cirurgias na iniciativa privada, teria economizado 13 milhões de reais. Mas isso não me permite dizer que o diretor do Clériston, que seu assessor direto, que o então secretário Jorge Solla são corruptos sem que os ouçamos, sem que lhes deem a oportunidade de se defenderem.

É esse o cuidado que devemos ter ao nos posicionarmos e ao usarmos esta tribuna. Por isso, meu caro deputado Alan Eduardo Sanches, presidente da Comissão de Saúde, nós hoje protocolamos um requerimento nesse Colegiado que V.Ex^a preside para que essas pessoas vão lá e sejam ouvidas podendo apresentar as suas versões. Esse é realmente o cuidado que nós devemos ter, e não simplesmente sair atirando para todos os lados por ouvir dizer, porque alguém falou, um blog veiculou ou um jornal divulgou.

O jornal *A Tarde* desta terça-feira traz a matéria que nós abordamos aqui com o título “MP apura denúncia de compra irregular de material hospitalar” no Hospital Clériston Andrade. Ora, eu não posso usar esta tribuna para dizer que o secretário da época, hoje o deputado Jorge Solla, foi corrupto, conivente, comprou, superfaturou. Mas é necessário que venhamos aqui debater e que eles sejam ouvidos na Comissão...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) de Saúde e Saneamento. E esse foi o nosso papel, essa foi a nossa posição protocolando um requerimento. Espero que a Comissão aprove para que assim possamos esclarecer os fatos e os implicados, os envolvidos possam dar as suas devidas explicações.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Fábio Souto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Srs Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr. Presidente desta Assembleia, imprensa, volto a esta tribuna, pois ontem tivemos a oportunidade de assistir no Jornal Nacional a uma reportagem mostrando a grave situação em que se encontra o Rio São Francisco. Conhecido como um rio caudaloso e profundo, em alguns trechos as pessoas já o atravessam, deputado Herzem Gusmão, a pé, andando. E há muitas pessoas à beira do São Francisco com dificuldade de consumir água de boa qualidade. É essa a realidade que nós observamos lá.

Há alguns dias denunciei a situação do Paraguaçu, que em alguns trechos é muito difícil também, pois ele está perdendo a sua profundidade, com as matas ciliares e as nascentes completamente destruídas.

Então, o apelo que faço a esta Casa é que nós antecipemos uma situação...

Hoje, temos certo conforto hídrico no nosso Estado, com barragens importantes que foram feitas no passado. E que não vivamos a situação do Sudoeste do País em relação ao consumo de água. Temos o exemplo pelo que passam os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais por não terem sido tomadas medidas que prevenissem a situação vivenciada hoje. A situação do rio São Francisco, do rio Paraguaçu, do rio Pardo.

A situação do rio Pardo que em diversos pontos está assoreado. Você consegue passar andando pelo rio Pardo. Os deputados que são do Sul da Bahia, deputado Herzem Gusmão, Sandro Régis, sabem do volume de água que corre no rio Pardo. Esse rio é profundo caudaloso e acontece a mesma coisa que está acontecendo em alguns pontos do São Francisco. A mesma coisa está acontecendo com o rio Jequitinhonha, que é de uma importância muito grande para a Bahia, e Minas Gerais. A situação é a mesma. O rio completamente assoreado, alguns trechos também se atravessa a pé.

É uma situação grave. Esta Casa tem de tomar essa responsabilidade. É necessário cobrar do governo um grande programa de recuperação das bacias hidrográficas do Estado da Bahia, dos nossos rios, dos afluentes desses rios.

O jornal *A Tarde*, em dezembro do ano passado, fez uma bela reportagem falando sobre o rio Paraguaçu, mostrando um afluente, que é o rio Piaba, completamente cortado. O rio que abastece o rio Paraguaçu já sem correr água nenhuma, só pedra. O jornal *A Tarde* tirou uma foto grande mostrando a situação daquele afluente importante do rio Paraguaçu. Tenho certeza de que a Assembleia cumprirá o seu papel de cobrar do governo do Estado um grande programa de recuperação das bacias do Estado da Bahia.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estou ansioso, deputado Adolfo Viana, pois é um deputado preparado, sei que estudou, e dará uma resposta a altura com relação às colocações da deputada Luiza Maia. Reitero que os temas trazidos para esta Casa têm de ser estudados com profundidade para que o deputado, efetivamente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- (...) fale de certo a realidade dos fatos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa tarde, membros das galerias, presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho a tribuna hoje, no Pequeno Expediente, tratar de dois assuntos distintos. Um, reafirmando o que foi dito pelo deputado Fábio Souto, sobre o descaso que o governo federal e o governo do Estado têm com o rio São Francisco. O Lago do Sobradinho consta menos de 17% de água. O que vemos são os projetos de transposição do rio São Francisco, seja no eixo Norte, seja no eixo Sul, sendo estudados e reestudados.

O que temos de bater firme na Assembleia, o deputado Adolfo Viana que é lutador daquela região, é pela revitalização do rio. Os projetos de transposição são importantes? Sim, são muito importantes. Democratizar a água é importantíssimo. Mas democratizar a água de um rio que está morrendo, infelizmente, não é a solução desse problema.

Venho, também, falar sobre a Segurança Pública. Constatar que em mais de 140 municípios não há delegados da Polícia Civil, muito menos investigadores e escrivães na Bahia atualmente. Existe um concurso público, Saeb 01/2013, que se encontra paralisado, esperando que o governador convoque os aprovados para a Academia de Polícia. Num Estado como a Bahia, com mais de 140 municípios sem delegado, sem qualquer membro da Polícia Civil, temos um concurso que gerou gastos públicos, investimento, criou expectativa para as pessoas que fizeram a prova, e nada. O concurso está paralisado. Tive audiência com o secretário de Segurança Pública há uns 15 dias, passei essa situação para ele que me respondeu que, além de convocar os policiais da Polícia Civil, irá convocar mais de 2 mil soldados da PM.

Também aqui nesta Casa, tivemos audiência com o secretário da Fazenda do Estado, quando afirmou que o orçamento que a Bahia tem para 2015, se fechar o ano pagando em dia, terá sido um grande ano. Queremos mais investimento para a Bahia, uma política séria para a água, uma política séria para a segurança pública. Sabemos das vitórias dos 12 anos de governo do PT, mas a chaga da segurança pública é uma coisa que só vem crescendo com o governo que aí está.

Muito obrigado a todos. Mais atenção à água e à segurança pública.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

telespectadores da *TV Assembleia*, Imprensa, subo a esta tribuna hoje para dividir com os colegas parlamentares a alegria de ter sido ouvido por todos os partidos desta Casa até o presente momento. Todos os parlamentares aos quais procurei aderir à nossa proposta de aqui apresentar o Projeto de Emenda Constitucional que suprime o inciso VII, do art. 77, da Constituição do Estado da Bahia.

Este inciso impede que nós, parlamentares, possamos apresentar projetos de lei que aumentem ou diminuam despesas. Quero com isso dizer que essa proposta, embora tenha partido deste parlamentar, é uma proposta de toda a Casa, de todos os partidos, sem cor, e que por isso acredito muito que será, após discutida e votada, aprovada e promulgada por esta Mesa.

Assim, quero ressaltar a importância de se aprovar tal proposição uma vez que o Poder Legislativo, na divisão dos poderes, sempre reputei como mais importante deles, porque aqui é a ressonância das aspirações e das esperanças da população para que se crie políticas públicas e direcionamentos para melhorar a vida dos habitantes, a vida do Estado.

Não é nossa intenção diminuir o Poder Executivo, não é nossa intenção que o Poder Executivo deixe de ter as suas prerrogativas previstas na Constituição Federal, de ter a iniciativa de leis, que cuide do orçamento, que cuide da criação de secretarias, da criação de cargos públicos, do aumento das remunerações dos servidores. Enfim, há uma outra série de proposições que devem, sim, continuar a cargo da iniciativa privativa do governador do Estado, porque é assim e conta em simetria com a Constituição Federal.

Mas, não podemos continuar como estamos, ou seja, sem poder produzir; sem poder trazer a discussão para esta Casa sobre ações que possam melhorar e contribuir para o enriquecimento do Estado; ações que possam construir e aprimorar políticas públicas que ainda não existem ou aprimorar aquelas que, aí, estão.

Por isso, a minha palavra, neste instante, é a de agradecimento pela compreensão dos 40 parlamentares que apoiaram a nossa proposta.

Mas, estarei com a proposição nas mãos para colher o maior número possível de assinaturas para que esta proposição tenha, efetivamente, a discussão e a importância que merece para o Parlamento baiano, para a vida dos baianos e para a vida dos parlamentares.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de fazer um adendo importante.

Gostaria de registrar que, hoje, nesta Casa, funcionaram as Comissões de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Antônio Henrique Júnior; de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, presidida pelo deputado Bobô; de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Joseildo Ramos; de

Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Alex Lima; de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, presidida pelo deputado Eduardo Salles.

A Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública funcionou em audiência pública no Ministério Público.

Não funcionaram as Comissões Especial da Promoção da Igualdade e de Saúde e Saneamento.

Srs. Deputados, antes de passar a palavra para o meu querido vice-presidente, informo que temos um projeto do governo para ser votado hoje. Trata-se do Projeto de Lei nº 21.080/2015, que dispõe sobre o procedimento de inscrição de créditos não tributáveis em dívida ativa do Estado da Bahia e disciplina os mecanismos de cobrança dos títulos executivos extrajudiciais, inclusive no que se refere ao artigo 91 da Constituição do Estado da Bahia e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o meu querido vice-presidente, deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de, até, 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, por diversas vezes, tenho ocupado esta tribuna para mostrar, deputado Pablo, o que o bom senso aconselha. O problema do Brasil é a impunidade! Todos os dias e em todas as áreas, vemos escândalos atrás de escândalos! A população já se acostumou. Podemos dizer assim!

Vejam o escândalo acontecido na Receita Federal! Foram R\$ 19 bilhões! Aliás, já não se fala mais nisso, deputado Luciano, pois surgiram outros escândalos!

Hoje, os brasileiros, que tiveram oportunidade de assistir ao jornal da manhã na Rede Globo, viram que livros, deputado Pablo, livros e mais livros estão sendo vendidos. São livros com validade de 2014/20015, deputado Eduardo. Portanto são livros novos e comprados com o dinheiro do povo e estão sendo vendidos em um ferro velho que comprava, também, papel. E os livros estão sendo vendidos a quilo, ou seja, estão sendo jogados fora. Vejam, são recursos públicos sendo jogados fora.

Eu pergunto-me: por que esses burocratas de Brasília se fazem afastados da realidade? Todos nós, que representamos diversas cidades da Bahia, sabemos que, hoje, o desperdício do dinheiro público é coisa corriqueira.

Não vou nem falar nas outras áreas.

Quanto à área da educação, esta atividade tão nobre está sendo desprezada. A educação é a solução para todos os países saírem da pobreza. A educação e o dinheiro público estão sendo jogados fora. Professor José Raimundo e deputado Joseildo Ramos, V.Ex^{as} conhecem tão bem esta área da educação. V.Ex^a, deputado Joseildo Ramos, foi do Executivo na cidade de Alagoinhas.

Há uma grande quantidade de equipamentos jogados fora! Vejam, ar-condicionados, computadores, geladeiras estão sendo enviados para as escolas de todo o Brasil. É uma coisa absurda! Eu digo absurda, porque tais equipamentos não estão tendo utilidade nenhuma.

Mandam-se 10 ou 20 computadores para uma escola. E, ao mesmo tempo, nessa mesma escola não há a contratação ou o treinamento de um técnico para dar manutenção a esses equipamentos. Se for feita uma visita na maioria das escolas da Bahia – para não falar no resto do Brasil, que não deve ser diferente –, são computadores, impressoras, televisores, enfim, todo tipo de equipamento que muitos já levam para casa pensando que é patrimônio próprio. Esses estão sendo jogados fora, porque não estão tendo utilidade.

Quando uma unidade dá problema, tal unidade deixa de funcionar. São equipamentos eletrônicos. Logo, é natural a necessidade da manutenção. Como não existe o setor de manutenção e como não existe treinamento, dá defeito, encosta no canto. E, assim, acontece na maioria das escolas do Brasil e da Bahia. Infelizmente, esta é a realidade em todas as áreas.

Nós vemos o Fies – Fundo de Financiamento Estudantil. Quanto dinheiro foi jogado fora? Porque o Fies é um excelente programa para quem quer estudar. Tal programa não é para aqueles que tiram zero na redação e que não mereciam nem estar na faculdade, até porque faculdade, hoje, virou negócio.

Hoje mesmo, está no jornal que a associação das faculdades está chiando, porque a presidenta Dilma quer corrigir o Fies. Virou malandragem em grande parte. E as faculdades, hoje, são negócios e estão chiando. A presidente pretende modificar o sistema do Fies e alguns políticos, também, são contra tal correção.

Eu iria fazer um pronunciamento acerca de um editorial do jornalista Paulo Roberto que fala sobre a falta de seriedade da maioria dos políticos, infelizmente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vejo o Paulinho da Força usar o horário nobre da televisão, pago com o dinheiro público, para estar criticando o ajuste que a presidenta Dilma quer fazer. E esse ajuste é correto. Não importa se a presidenta Dilma errou. Todos nós podemos errar. O importante é querer corrigir.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Mas o Paulinho da Força usa o horário nobre da televisão para fazer média entre seus eleitores, pois quer jogar com a plateia do Partido Solidariedade. Ele acha que desse jeito ganhará mais votos ao acabar com o País e ao criticar os ajustes.

A presidenta Dilma quer modificar a forma das aposentadorias.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Para encerrar, deputado Nelson, hoje, um funcionário público ou um desembargador ou um alto funcionário, que tenha um salário de R\$ 30 mil na aposentadoria, casa-se com uma menina do interior da Bahia, por exemplo, com 17 ou 18 anos. Essa garota viverá 70 ou 80 anos e o INSS pagará a sua aposentadoria, deputado Joseildo. Isso é o que existe no País e quebra o INSS...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Deputado Adolfo, por favor, para concluir.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- E a presidente quer modificar tais situações. Isso não pode acontecer. Alguns deputados...

Eu continuarei este assunto posteriormente.

Sr. Presidente, vou encerrar, porque V.Ex^a já foi, por demais, tolerante no tempo concedido aos partidos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Fátima Nunes. V.Ex^a dispõe de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, deputado Nelson, acompanhado pelos deputados Marcelino Galo e Sildevan; Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nosso povo presente aqui nas galerias que vem apreciar e participar desta sessão ordinária, devo dizer que, hoje, é o Dia dos Jornalistas e, por isso, parablenzo todos os seus profissionais pelo seu dia.

Acho importante a comunicação. E os profissionais de jornalismo têm esse importante papel e, sempre, colocam, como prioridade, o jornalismo imparcial disposto a denunciar o que é errado na sociedade e nos poderes públicos. Por outro lado, espera-se, sempre, que os jornalistas possam, também, apreciar, valorizar e colocar, como nota importante, os atos positivos que possam ser exemplos para a sociedade brasileira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje pela manhã, tive a felicidade de participar de uma audiência da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, presidida pelo deputado Marcelino Galo, no Ministério Público, com a presença do secretário da Segurança Pública. Fiz questão de trazer para cá o material entregue a nós, qual seja, o Plano de Desenvolvimento da Segurança Pública e uma revista. Trouxe este presente para colocar à disposição do deputado Marcell.

Acredito que, até o final desta sessão, ele deva chegar, porque, ontem, ele teceu duras críticas, inclusive, citando o município de Paripiranga. Hoje, graças a Deus e ao trabalho da Segurança Pública que já vinha sendo feito neste período de um ano, desde que aconteceu o assassinato do nosso companheiro Dr. Zé Carlos, hoje, a gente pode dizer que os passos dados tiveram um resultado já bem adiantado. Não sei se é o resultado final, porque somente os órgãos da Segurança Pública podem colocar o desfecho final para toda a sociedade. Mas, afirmei ontem que confio no trabalho da Segurança Pública nas áreas de investigação e de punição dos culpados daquele crime tão bárbaro.

E, hoje pela manhã, ao participar da audiência, senti ter sido muito importante, porque o nosso secretário teve a oportunidade, com muita tranquilidade, de descrever todo o trabalho que está sendo implantado e aquelas metas que estão a serem alcançadas para reduzir os índices da criminalidade. Quanto a essa confiança que tenho, posso afirmar que aumentou mais ainda.

Esteve presente o nosso deputado Prisco, pois sei que, naturalmente e também, poderá relatar ao que assistiu lá. O que nos interessa, realmente, nesta Casa, é nós nos colocarmos à disposição para o debate e para o conhecimento das políticas públicas desenvolvidas. Digo isso porque a onda da criminalidade, que certamente todas as estatísticas demonstram, têm crescido nos últimos tempos. Isso não se deve à falta de ação do governo, mas me parece que alguns querem fazer uso dos mais simples, dos que estão mais vulneráveis, para fazer dinheiro, escravizando a nossa juventude com o tráfico de drogas, com situações impossíveis de serem resolvidas, simplesmente com soldados, com balas, com colete. Há a necessidade de uma preparação, de uma motivação e por isso parabenizo o nosso Governador Rui Costa, nosso Secretário por esse trabalho do Pacto pela Vida que cada vez mais precisamos conhecer, nos aprofundar e ajudar o nosso governador.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Gika. Na ausência do deputado Gika, com a palavra o deputado Pablo Barrozo. V.Ex^a dispõe de 3 minutos, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Serei breve. Eu queria aproveitar a oportunidade para informar ao Presidente Marcelo Nilo que, na ausência do Presidente Vitor Bonfim, hoje na Comissão de Agricultura, devido ao falecimento de um parente próximo, tive a oportunidade de presidir durante mais de 3 horas uma sessão da referida comissão de iniciativa do deputado Eduardo Salles. Debates sobre o sistema e todo o comércio e economia que gira em torno do leite na Bahia. É uma pena que o Secretário de Agricultura não se fez presente, tamanha a importância do tema.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o que me traz aqui são dois fatos que infelizmente aconteceram na semana passada e ainda estão acontecendo. Um deles se trata do problema de abastecimento de água na nossa querida capital Salvador. Infelizmente vimos uma barbearia, deputado Carlos Geilson, da empresa que é de grande porte e tem responsabilidade em uma das maiores obras do Estado, a do metrô. Isso está atrapalhando e prejudicando a vida de milhares de soteropolitanos, calcula-se em torno de 1 milhão em prejuízos. Eu vejo aqui deputados da Casa como Alan Castro, Alan Sanches, Marcell que sabem da importância e da dificuldade dos bairros periféricos de Salvador.

Infelizmente, ontem, depois que os deputados da Oposição cobraram um posicionamento da Embasa, que até então não tinha dado prazo, não tinha estabelecido cronograma de trabalho, depois que o nosso Líder Sandro Régis cobrou um planejamento, um trabalho ou esclarecimento à população, o Presidente da Embasa disse que estaria pronto ontem e que iria normalizar até quarta-feira. Nesse dia, amanhã, esperamos aqui, porque diferente do Líder do Governo deputado Zé Neto, que disse que o resto era populismo, acredito que essa ação não é populista,

uma vez que as pessoas estão bebendo água que não é para ser bebida, inclusive mulheres grávidas, postos de saúde estão sem funcionamento pela falta de água, e a população briga pela água como quem vive na seca.

Iremos aguardar até amanhã e gostaria de que o Presidente da Embasa, e eu faço um apelo para que esteja mais presente.

Gostaria de que o governador Rui Costa- ausente como é das questões importantes da Bahia, pela falta de planejamento que já faz parte de todo o governo- fizesse uma visita, a fim de dar para a população algum alento, dizendo quando teremos a resolução definitiva deste caso. Estaremos aqui para cobrar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna para esclarecer as dúvidas da deputada Luiza Maia.

Com certeza a deputada Luiza Maia tem uma excelente assessoria de imprensa, mas os demais membros de sua assessoria se esqueceram de dar a ela os detalhes da CPI do metrô, já que a deputada há três dias ocupa a mídia do Estado da Bahia, quer seja nos blogs ou nos jornais.

Ela tem dois objetivos: o primeiro é servir ao Partido dos Trabalhadores e aparecer na grande mídia, o segundo é tentar intimidar o deputado federal Antônio Imbassahy, que no passado foi eleito o melhor prefeito do Brasil e no ano passado o melhor deputado federal, além de ter tido uma atuação implacável na CPI da Petrobras.

Deputada Luiza Maia, na ânsia de ocupar a mídia, V.Ex^a esqueceu de estudar que em 2010 esta Assembleia Legislativa já teve a CPI do Metrô. V.Ex^a precisa compreender que a CPI do Metrô em 2010 foi proposta pela Oposição da Assembleia Legislativa. O proponente foi o deputado Elmar Nascimento.

Sr. Presidente, a deputada Luiza Maia está nervosa ao meu lado. Gostaria que ela ouvisse o meu pronunciamento com educação como ouvi o dela.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a terá a palavra assegurada.

A Sr^a Luiza Maia:- Desculpe-me.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Aceito as desculpas de V.Ex^a, deputada.

O deputado Elmar Nascimento propôs a CPI do Metrô e a base do governo do então governador Jaques Wagner cometeu um ato único na história deste Parlamento. Foi a primeira vez que um deputado proponente de uma CPI não ficou nem com a presidência, nem com a relatoria da CPI.

Tenho, aqui nas minhas mãos, várias declarações de deputados do Partido dos Trabalhadores que irei ler para que V. Ex^{as} tomem conhecimento no dia de hoje.

Declarações em 2010: no dia 9 de março de 2010, do então líder do PT nesta Assembleia Legislativa deputado paulo Rangel. Vejam o que dizia.

(Lê):- *“A Bancada Governista liberou seus deputados para assinarem o requerimento. Entre os governistas, no entanto, o PT, Partido dos Trabalhadores ficou de fora.”* Vejam agora as aspas do deputado Paulo Rangel. *“É uma coisa sem nexos. Não indicarei nenhum deputado do PT para integrar a comissão”*- garantiu o deputado Paulo Rangel, líder do PT na Casa. ”

Vejam ainda o que diz o Líder do PT na Assembleia Legislativa.

(Lê):- *“Surpresa. O Líder do PT na Assembleia, Paulo Rangel, argumenta que a investigação no âmbito estadual seria 'enganar o povo', pois não iria investigar realmente as denúncias que recaem sobre as obras do metrô. Elas já duram 10 anos, e o Tribunal de Contas da União calcula um superfaturamento de R\$110 milhões.*

“A posição do governo e do PT é não indicar ninguém. Eu não tô entendendo nada (do porquê da CPI na Assembleia). E eu não entendo”, Diz o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Sandro Régis:- Onde está dito isso, deputado?

O Sr. ADOLFO VIANA:- No jornal *A Tarde*, matéria do jornal *A Tarde*, dos dias 9 e 12 de março.

Percebam que as empresas que iniciaram a obra do metrô permaneceram nos 8 anos do governo Wagner e permanecem até hoje no governo Rui Costa. Eu pergunto a V.Ex^{as}: se o Partido dos Trabalhadores tivesse identificado algum equívoco por parte do então prefeito Antônio Imbassahy eles não teriam tomado providências? Com certeza teriam. E se não tivessem tomado, no mínimo teriam prevaricado.

Senhoras e Srs. Parlamentares, pasmem com o que vou revelar para V.Ex^{as} a partir de agora. Diferente da deputada Luiza Maia, procurei me aprofundar no assunto e pedi as atas das reuniões da CPI do Metrô de 2010. Percebam V.Ex^{as}: não existe nenhuma proposição por parte de nenhum deputado da Base do governo, de nenhum deputado do Partido dos Trabalhadores para investigar absolutamente nada. As atas da reunião da CPI estão aqui. Todas as proposições de investigação no âmbito da CPI do Metrô foram propostas pelos parlamentares da nossa Oposição, dando uma demonstração de que nós não temos nada a esconder. Ao final daquela legislatura, quando existia a CPI do Metrô, os nossos deputados da Oposição solicitaram, em requerimento, que a CPI do Metrô fosse estendida para a próxima legislatura. O que foi que aconteceu, Sr. Parlamentares? Nenhum deputado da Base do governo, nenhum deputado do Partido dos Trabalhadores assinou o requerimento da Oposição para que as investigações do metrô de Salvador continuassem.

Senhoras e Srs. Parlamentares, a deputada Luiza Maia, na ânsia de ocupar a grande mídia...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^as já estão inscritos.

(...) esqueceu de pesquisar e ver que foi o Partido dos Trabalhadores que se omitiu e fugiu das investigações do metrô.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^as terão um aparte e estão inscritos também.

(...) Mas quero dizer à deputada Luiza Maia que eu, deputado do PSDB, do partido do honrado deputado federal Antônio Imbassahy, que faz um brilhante trabalho da CPI da Petrobras, que convocou, deputada Luiza Maia, o Sr. Vaccari, o tesoureiro do seu partido que foi acusado pelo Pedro Barusco de receber propina e pelo doleiro Sr. Alberto Youssef de receber propina na porta do diretório do Partido dos Trabalhadores.

V.Ex^a, na ânsia de servir o seu partido, vem atacar o honrado deputado federal Antônio Imbassahy, achando que irá intimidá-lo. Mas não irá, deputada. Ele vai continuar a fiscalizar, porque esta é a vontade da maioria dos brasileiros que querem saber exatamente o que aconteceu, como foi feita, como se institucionalizou a corrupção na Petrobras. E V.Ex^a pode ter certeza de que não irá intimidar o deputado Antônio Imbassahy. Ele com certeza vai continuar a fazer esse trabalho que, sem sombra de dúvida, hoje é o orgulho de muitos, para ser mais preciso, da maioria do povo brasileiro.

Antes de conceder os apartes, quero dizer à deputada Luiza Maia que quero ser eu, a pedido do deputado federal Antônio Imbassahy, o primeiro a assinar a CPI do metrô de Salvador. E quero dizer a V.Ex^a que assinarei todos os pedidos de investigação e de CPI que V.Ex^a me apresentar, porque entendo que homem público não tem de ter medo de ser investigado; homem público tem de ter a sua vida aberta.

Mas quero fazer um desafio a V.Ex^a: caso eu apresente qualquer requerimento de CPI, V.Ex^a adote a mesma conduta e assine, porque homem público digno e honesto não pode ter medo de ser investigado. Traga o requerimento que assinarei. E quero ouvir de V.Ex^a se assinará os requerimentos que eu apresentar, de CPI ou de qualquer outro tipo de investigação.

Quero pedir licença a tantos deputados inscritos, mas quero ceder primeiro à deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Deputado Adolfo, quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso. Apesar de não concordar com o seu conteúdo, devo dizer ao senhor que não fui eu que acusei Imbassahy de nada, estou apenas pedindo para investigá-lo. Mas não compreendo por que está tão estressado, logo V.Ex^a que chega a essa tribuna todos os dias para fazer mil acusações.

Veja o que esse moço, o doleiro, fez com o nosso partido, com o tesoureiro ou

com qualquer outra pessoa ligada ao PT. Ele não tinha nem tem prova de nada. Não sou desinformada, até porque, em 2010, eu não estava aqui e não tenho a obrigação de saber se havia uma proposição feita por um deputado. Naquele ano, repito, eu não era deputada, cuidava do meu município como vereadora.

Não sou desinformada e não acusei Imbassahy. Quem o denunciou foi o Ministério Público Federal, foi o Tribunal de Contas da União. Se o senhor não considera isso, é um problema seu. E quem divulgou a matéria também não fui eu. Essa história de que estou jogando para a plateia, para a galera, tentando desconstruir os debates que quero fazer nesta Casa, não me incomoda. Até porque se você não tem proposição ou se não tem coragem de fazer certos debates como faço aqui, a mídia lhe ignora, você não aparece.

Agora, aparecer na mídia fazendo os debates e trazendo para cá as questões que tenho trazido, me orgulho muito. Acho que um deputado não pode ficar na invisibilidade. Somos representantes de grupos, de segmentos sociais, não faça esse discurso com a história de ficar na invisibilidade e não querer aparecer, porque para mim não está dizendo nada. Eu estava descansando, no domingo, quando alguém me ligou de um blog, o Bahia Notícia, se não me engano, querendo saber se eu já tinha visto o que estava no Folha de S. Paulo. Eu disse: “Não vi, mas vou tomar as minhas providências”.

Acho que precisamos fazer esse contraponto, porque também não dá para o deputado Imbassahy ficar acusando o PT de ladrão, de corrupto, de que fomos nós que inventamos a corrupção, e ele com um passado desse que também precisa ser investigado. Se ele não tiver nenhuma culpa, tudo bem, vamos chegar à conclusão com o resultado da CPI.

Sobre essa questão de o senhor apresentar requerimentos de investigações, devo dizer que se o senhor apresentar uma arbitrariedade, uma barbaridade aqui, não posso assinar. Agora, se for um requerimento sério para investigar seja quem for, assinamos sem nenhum problema.

Então essa coisa de fazer acordo no escuro, não dá certo. Porque se eu também propuser aqui uma barbaridade, um absurdo, sei que o senhor também não vai querer assinar.

Tenha calma, porque se o deputado não tiver nenhuma culpa, nós vamos fazer as nossas reuniões de CPI publicamente, com transparência, e não teremos problema algum.

Quero dizer que não sou desinformada nem estou acusando o deputado Imbassahy. Estou pedindo para ele ser investigado, porque acho que a denúncia é séria e o senhor viu o que eu li, não foi da Folha, não, está dito pelo Ministério Público federal e pelo Tribunal de Contas da União. Pelo menos considere isso.

Muito obrigada.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte da deputada Luiza Maia. E quero dizer, deputada, que a senhora pode me trazer o requerimento. A pedido do

deputado Imbassahy, serei eu o primeiro a assinar esse requerimento. E a senhora pode ter certeza de que se essa CPI andar, o deputado terá o prazer de vir esclarecer todas as suas dúvidas. Agora, tenho que dizer que V.Ex^a gosta de ocupar a mídia. Olha o tamanho da foto de V.Ex^a no jornal *A Tarde*. Veja a manchete: “Deputada propõe instalação de CPI para investigar Imbassay.

Então, eu acho que V.Ex^a, quando se predispõe a ir para a mídia, ocupar a mídia como ocupou durante três dias seguidos nos blogs e nos jornais, tem no mínimo que procurar pedir a sua assessoria para fazer um levantamento e perceber que esta CPI já transitou nesta Casa durante um ano e que o seu Partido dos Trabalhadores foi o responsável pela não continuidade dela.

O Sr. Pablo Barrozo:- Um aparte, deputado

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concedo o aparte ao nobre Líder, deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Quero parabenizá-lo pela explanação e pelo belíssimo discurso que faz, lúcido, verdadeiro e coerente com a sua história e com a história de Antônio Imbassay.

Imbassay é um homem honrado e hoje presta um serviço ao país fazendo a função que ele tem que fazer, que é investigar através da CPI o que está acontecendo em Brasília. E, ao contrário da deputada Luísa Maia, é a favor do que o povo fala nas ruas. O povo nas ruas quer ouvir isso, o povo nas ruas quer respostas e, infelizmente, o PT faz todo o tipo de ato quando estão desesperados, eles vêm com o discurso de querer discutir o país, discutir a mudança como se tudo fosse resolver de uma noite para o dia através de uma discussão em que há 12 anos governam, e não discutem nada de propositivo e não passam nada na Câmara dos deputados de propositivo. Todo o ato do PT é maculado com vício. Infelizmente, eles usam dessa forma de acusar as pessoas, querer botar todo mundo na mesma balança, querer colocar todos como iguais, num momento em que está lá o Ministério Público apurando outro “mensalão”.

E essa história do “mensalão, pior ainda, porque, infelizmente, envolveu todo o governo e a base do governo. Doa em quem doer tem de se investigar todo mundo mesmo. Agora, não é levantando falso contra pessoas de bem, ou inventando, ou requeitando notícia, querendo aparecer que vamos trazer bons resultados para a Bahia e para o Brasil.

Queria parabenizá-lo e reforçar aqui que acredito no trabalho do ex-prefeito Antônio Imbassahy, que hoje é conhecido no País todo. E, aí, faço uma sugestão; o PT tem que discutir ele próprio. Eu não sou membro do PT, mas ele tem que discutir ele próprio, porque está-se acabando, porque não consegue vir para cá e falar o que as ruas estão dizendo.

Quer macular mais uma vez as coisas que estão acontecendo. E lá, em Brasília, o circo está pegando fogo, porque o negócio não é bonito e todos sabem disso.

Muito obrigado.

O Sr. Allan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Estão inscritos.

Agradeço ao deputado Pablo Barrozo o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao nobre amigo parlamentar Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Adolfo Viana, parabéns pelo seu discurso, pela clarividência. Se fosse uma luta de boxe, eu diria que V. Exa colocou a deputada Luiza Maia grogue, está nas cordas. Ela não disse coisa com coisa, nada com nada, reconheceu que não tem prova de nada, que ouviu o galo cantar não sabe onde. Mostra que é, infelizmente, uma parlamentar desinformada, não tem conteúdo para debater com V. Ex^a.

Quero parabenizá-lo pelo discurso, uma CPI que foi implantada e transcorreu nesta Casa e foi sepultada pelo próprio Partido dos Trabalhadores, do qual a deputada é militante. Mostra que não tem conhecimento de causa, que tem uma assessoria que não lhe presta um bom serviço, porque se prestasse, daria a ela subsídios para dialogar e debater com V.Ex^a. Portanto quero, deputado Adolfo Viana, render-lhe as minhas homenagens pela forma como V.Ex^a sobe a tribuna, munido de documentos. V.Ex^a com a sua assessoria pesquisou nos Anais desta Casa. Ao contrário da deputada Luiza Maia, que mostra total desinformação. E a partir de agora vou colocar em xeque tudo que ela falar na tribuna, porque mostra que é uma parlamentar que não investiga, é desinformada e assim presta um mau serviço a esta Casa.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte do nobre deputado Carlos Geilson.

Concedo um aparte ao deputado Fábio Souto. Depois, aos deputados Alan Sanches, Jânio Natal e Sidelvan. Estão todos inscritos, e vou precisar contar com a atenção do nobre presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Vou dar 30 segundos.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço o seu aparte, deputado Adolfo.

V.Ex^a faz um discurso com conteúdo, de um parlamentar preparado que veio para o debate com substância, defendendo aqui o nome de um político honrado, um homem que foi um grande prefeito de Salvador. As pessoas podem não gostar de Imbassahy. Mas ninguém, deputado Carlos Geilson, pode dizer... Ele foi um prefeito que saiu limpo da Prefeitura e fez uma excelente gestão neste município.

Deputado Adolfo, estou há 20 anos na política e até hoje não me conformo com certas atitudes nela. Acho que o erro acontece em qualquer partido. Em qualquer partido as pessoas podem cometer erros, e não defendo os erros do meu partido. Quando o erro acontece, a gente tem de procurar corrigi-lo.

O senhor aqui, com muita propriedade, traz uma situação que está muito clara. Rebate dessa tribuna as acusações com muita firmeza, muita clareza. E, como

eu disse antes, efetivamente esse episódio todo nasceu quando o deputado Imbassahy convocou o tesoureiro do PT. Agora, numa atitude de represália ao ex-prefeito, tentam inibir a sua atuação como deputado lá em Brasília. Isso me deixa muito triste com a política, esse tipo de ação que quer inibir o direito mais profundo dum parlamentar: cumprir com suas obrigações.

Então, o senhor veio hoje fazer justiça a um grande parlamentar e sobretudo defendê-lo de acusações, comprovando efetivamente com o seu discurso que não há nenhum conteúdo para confirmá-las.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço o aparte do nobre parlamentar Fábio Souto. Concedo agora um aparte ao deputado Jânio Natal. E logo após aos deputados Alan Sanches e Sidelvan Nóbrega, com a tolerância do nobre presidente.

O Sr. Jânio Natal:- Nobre deputado, parabéns pela sua bela explanação! Devo aqui dizer que uma acusação desse tipo não merece qualquer credibilidade. Nós que conhecemos Imbassahy, eu que tive o privilégio de ser seu colega como deputado estadual e também federal, sabemos, além da sua competência, da sua seriedade.

Parabenizo o seu discurso! Mas isso tudo está acontecendo exatamente por Imbassahy estar fazendo um excelente trabalho na Comissão que atualmente investiga o Petrolão. Parabéns novamente!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço ao deputado Jânio Natal e incorporo o seu aparte.

Concedo um aparte ao nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Ainda bem que V.Ex^a se lembrou do pobre coitado deputado Alan Sanches.

Na verdade, acho que para a injustiça não existe partido. Eu me lembro bem, quando fui vereador aqui em Salvador no meu primeiro mandato, que aconteceu uma operação em que prenderam inclusive o prefeito Caetano. Não o conhecia naquele momento mas fiz um discurso em defesa dele, porque não existiam provas que dessem margem a um tratamento tão... O fato me chamou atenção, pois me causou pânico como político ver um outro político sendo tratado daquela maneira. Defendi-o sem o conhecer.

Da mesma forma, conheço o deputado Imbassahy, conheço o caráter reto do ex-prefeito Imbassahy. Estamos em lados opostos, mas não é por isso que vou achar que devemos utilizar isso politicamente. Quem já foi aqui prefeito ou vai ser, ou foi presidente de Câmara, ou secretário sabe que questionamentos vão ser feitos. E cabe ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público, a quem quer que seja, fazer esse tipo de investigação. Mas não a esta Casa, para queimar a imagem de um homem que tem feito um trabalho pelo Brasil. Isso é inegável. As pessoas estão acompanhando o trabalho que eles estão fazendo. Só quem vai pagar, sem perseguição política, vai ser quem está errado, deputado.

Então não assinei essa CPI, não vou ficar me escondendo e não assinarei por não concordar com os princípios dela.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, há mais inscritos para me apartear. São os deputados Sandro Régis, Luciano Ribeiro e Sidelvan Nóbrega.

A honra do deputado Antônio Imbassahy foi atacada pela deputada Luiza Maia. Queria a consideração de V.Ex^a nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Deputado Adolfo, logo após o tempo do Bloco PP/PSL/PSB, V.Ex^a terá mais 11 minutos. Então, lhe darei mais um minuto para concluir e sugiro que logo depois, no tempo do PSDB, o senhor conclua este pronunciamento que está fazendo. Regimentalmente, temos apenas os 25 minutos do Grande Expediente.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço a atenção de V.Ex^a, Sr. Presidente.

Peço desculpas aos deputados Sandro Régis, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Sidelvan Nóbrega, Joseildo Ramos e Pedro Tavares por não ter cedido o aparte a todos eles. Mas tenho certeza de que ficou claro para esta Casa que foi o Partido dos Trabalhadores que enterrou a CPI do Metrô. E reafirmo que quero ser eu, deputada Luiza Maia, o primeiro parlamentar a assinar esta CPI do Metrô, porque entendo que homem público honrado não pode ter medo de ser investigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Comunicação inadiável do deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Muito obrigado, nobre presidente. V.Ex^a está muito bem, hoje, nesta presidência.

Quero comunicar a esta Casa que o Hospital Estadual da Criança, em Feira de Santana, está há 4 meses sem receber as faturas para dar atendimento às crianças daquela cidade. Estou comunicando isso à Assembleia porque ela deveria se debruçar sobre o assunto, e não sobre uma denúncia vazia colocada pela Folha de S. Paulo.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Queria solicitar não apenas ao deputado Sidelvan, pois a questão que ele acaba de levantar não é uma comunicação inadiável... A comunicação inadiável se torna importante ser feita no Plenário quando é algo que nós ainda não tomamos conhecimento e é um fato urgente. Então peço não só a V.Ex^a, mas também a todos os outros deputados, que, se por acaso quiserem fazer algum tipo de discurso, utilizem os tempos regimentais previstos.

Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, faço uso desta questão de ordem, primeiro, para chamar a atenção dos nobres pares para a responsabilidade e o compromisso que todos nós temos de preservar os estatutos desta Casa, cumprindo, acima de tudo, o que o Regimento nos assegura. Então, pedir comunicação inadiável para fazer um

ataque é, exatamente, rasgar a nossa própria Constituição, é o direito de exercício da democracia e o respeito às leis que nos rege nesta Casa.

Por isso, quero parabenizá-lo, Sr. Presidente, pela condução e por coibir essas manobras.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Horário das Representações Partidárias. Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará pelos 11 minutos o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente os discursos que me antecederam e é preciso qualificar os discursos para que a gente não atinja para além das responsabilidades que nos cabem enquanto deputados.

Eu sou membro do PT e não aceito a generalização, como deputado que sou, como prefeito que fui. E eu poderia estar aqui me referindo aos políticos do DEM, que são meus opositores, do PSDB, chamando todo mundo de qualquer coisa, mas isso não é verdadeiro. Essa discussão não vai nos levar a coisa nenhuma. É preciso que nos responsabilizemos pelo que estamos falando para que possamos aprofundar e oferecer as melhores discussões para esta Casa. Esse é o primeiro ponto.

Eu estou aqui com uma matéria da Revista Isto É de dezembro de 1999. Em dezembro de 1999 esta Casa respirava ares diferentes, do ponto de vista da relação, do ponto de vista da democracia da Bahia. Esta Casa tinha mordanças e os deputados da base nem sequer podiam mover uma vírgula de qualquer proposição vinda do Executivo. Eram outros tempos.

E aqui, em Dezembro de 2009, faziam 10 anos de que foram lançadas, quando era prefeito de Salvador o Antônio Imbassahy, as obras do metrô de Salvador. Isso é fato, dez anos. E em dez anos o metrô, que naquela época tinha previsão para alcançar 41 Km - e eu estou falando de dezembro de 2009 - 41 Km, só tinha 6,5 km inacabados, e já tinha consumido 1 bilhão de reais. Isso aqui não sou eu que estou dizendo, eu estou lendo e ofereço para todos que estão nesta Casa.

O nome do metrô, o metrô calça curta era Autorama Baiano, envergonhava a Bahia. O autorama, a brincadeira, na Bahia, custou aos cofres do Estado brasileiro 1 bilhão de reais, 1 bilhão de reais, e ficou por diversos anos inacabado sob a responsabilidade da Prefeitura.

O Tribunal de Contas da União, recentemente, detectou sobrepreço de 166 milhões de reais, naquela época. E na Operação Castelo de Areia a investigação não prosperou sabem por quê? Pasmem os senhores, porque os grampos não receberam autorização judicial para poder fazer prosseguir aquilo que se deveria fazer na Operação Castelo de Areia.

Apenas uma formalidade que deixa sob a coberta, que deixa sob o tapete indícios veementes de malversação e de desvio de recursos do erário, da União e do Estado da Bahia.

Ninguém está para além da lei, ninguém está para além da suspeição no Estado Democrático. Agora, querer generalizar, querer cobrar planejamento na Bahia de hoje, enquanto a Embasa, empresa responsável por obras de abastecimento de água, de esgotamento sanitário que em 2007 não tinha um projeto estratégico oferecido à Secretaria Nacional de Saneamento. A Embasa tinha pouco investimento porque vivia em petição de miséria.

Quando alguns deputados vêm a esta tribuna reclamar na Bahia de fazer grandes barramentos, é preciso verificar que o sistema hídrico baiano, a climatologia é diferente. Você precisa perenizar rios, fazer médias e pequenas barragens. Mas, as grandes barragens nem de longe se prestam à solução de resolver o problema hídrico do nosso Estado. É uma falácia, ou então é falta de conhecimento.

É certo que naquela época a Operação Castelo de Areia não levantou os dados que eu trouxe a esta tribuna. Portanto, naquele momento, o fato determinado para termos a CPI poderia não ser o fato que evidenciasse a necessidade da CPI, o que hoje pode ser diferente. Nós estamos satisfeitos com a papel do Ministério Público Federal que avança, e o Superior Tribunal de Justiça, na época, arrefeceu e botou para debaixo do tapete, porque apenas não tinha sob o manto de uma escuta o crivo da justiça federal.

Então, nós queremos investigar a tudo e a todos, sem nenhum problema. Entretanto, as empreiteiras que naquela época constavam do Metrosal, que era o consórcio que construía a metrô naquela época, são as mesmas que estão indiciadas na operação Lava-Jato, pelo menos 5 delas. E elas, no processo, entre aspas, legal, ofereceu contribuição a vários deputados, inclusive ao deputado Antonio Imbassahy.

V.Ex^a, deputado, não terá aparte porque pedi aparte a V.Ex^a, e V.Ex^a negou. Não! Em hipótese nenhuma. Eu sou do debate, V.Ex^a sabe disso, não há problema. V.Ex^a viu que fui o segundo a pedir. V.Ex^a arrodeou. Sabia que iríamos entrar no debate. Não tem problema. Somos democráticos. V.Ex^a sabe que o embate puro engrandece esta Casa. O debate com responsabilidade engrandece esta Casa. E o bom combate, se estabelecendo, é coisa muito boa para todos nós.

Quero dizer, repetindo, que agora, algumas dessas empresas deram contribuições oficiais. Mas, ninguém disse que foi propina, que foi favores. Sabem por que? Porque a imprensa está relativizando, ela está sendo seletiva. A Operação Zelotes, agora, que implica em dezenas e dezenas de nomes da política, neste momento, agora, ela só está firmada no rodapé dos grandes jornais da grande imprensa. Sabem por quê? Porque não estamos discutindo, na Ordem do Dia, em todas as Casas do Parlamento deste país, uma coisa muito importante.

A Constituição de 88 colocou, claramente a necessidade de se democratizar a mídia deste País. Mas falta a regulamentação de grupos oligopolizados que dominam a mídia do País e não informam convenientemente, e o povo brasileiro fica ao arrepio

das verdades, das coisas que efetivamente ocorrem aqui.

Portanto, generalizar não é um bom debate. Generalizar é colocar todo mundo na mesma cuia e nem todos são iguais. Há diferenças entre os deputados, há posturas éticas, responsabilidades, papéis de contribuir para engrandecer a vida deste País. Generalizar é pouca responsabilidade, é o debate menor, apequenado. Deveremos fazer o debate com foco.

Quero colocar claramente, porque, deputado Adolfo, teremos oportunidade de aprofundar essa matéria. Não tenha dúvidas que nos aprofundaremos para trazer luzes a esse debate, que é o que precisamos. E eu esperava que V.Ex^a me desse um aparte, fui o segundo a solicitar. E V.Ex^a sabe que comigo não há problema, o bom combate é palavra de ordem nesta Casa.

Agradeço pela compreensão, Sr. Presidente. Eram essas as nossas considerações, neste momento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o Líder do PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará o deputado Targino Machado por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores das Galerias, Srs. Funcionários, chego a esta tribuna para tratar de um assunto importante e peço a Deus que eu não passe do ponto, até por recomendação médica e familiar preciso de um clima mais light. Mas preciso dizer que estamos desviando o foco do principal que deveríamos discutir: as denúncias da saúde, envolvendo a Sesab. Venha-se agora fazer de Imbassahy, homem probo, sério, honrado e da mais alta envergadura pessoal e política, e ousam apontar o dedo contra ele, esquecendo-se do seu entorno. Imbassahy não tem telha de vidro. Agora quem tem telha de vidro deve jogar pedra para cima.

Agora, o deputado Joseildo Ramos, o qual considero um grande parlamentar desta Casa, como ele próprio se autodefine um democrata por formação, desde criancinha, pergunto a V.Ex^a, essa história de que a imprensa está sendo seletiva é a sinalização de que V.Ex^a é a favor da censura midiática?

O Sr. Joseildo Ramos:- Não.

O Sr. TARGINO MACHADO:- (...) É a pergunta que deixo para V.Ex^a e a imprensa da Bahia e do Brasil.

Mas, Srs. Deputados, quero aqui dizer a V.Ex^{as}, e quero a atenção de V.Ex^{as}, que as denúncias trazidas a público pela imprensa da Bahia a respeito das cirurgias de varizes, cirurgias vasculares, realizadas no Hospital Geral Clériston Andrade, estão

equivocadas. O Clérison é só a ponta do novelo, a ponta do iceberg. É preciso esclarecer a população e a imprensa ou talvez até o Ministério Público de que, até para subsidiar o Ministério Público, que foi feito, não no Clérison, mas dentro da Secretaria da Saúde do Estado no ano passado, na gestão de Jorge Solla, um registro de preço, valores exorbitantes, ainda não cheguei a eles. Fala-se em algo em torno de 80, 90 milhões de reais com registro de preço na Sesab num valor milionário, como já disse, para utilização de toda rede própria dos hospitais do Estado pertencente a Sesab.

Esse registro de preço foi da lavra do diretor da Rede Dr. José Walter que é o último dos moicanos, pertenceu a administração Jorge Solla, todo mundo sabe que era ligado e amigo de Jorge Solla desde criancinha, mas é o único que continua lá ocupando cargo importante na Sesab, porque o resto o secretário já passou a vassoura. Ele até fica procurando nos corredores: “Quem é ligado aí a Solla?” para passar a vassoura e mandar embora. Ele deve ter as razões, não estou julgando. É bom que se diga que o Dr. José Walter, diretor da Rede, não poderia fazer esse registro de preço milionário sozinho, precisou da anuência da diretoria de Saúde da Sesab que era ligada, à época, ao secretário Jorge Solla. Essa diretoria era cargo do PT.

Quero fazer um parêntesis somente para falar de custos, de quantitativo, de preços utilizados no Hospital Geral Clérison Andrade. Lá no Clérison, foram feitas cerca de 450 cirurgias de varizes. 99% dessas cirurgias, deputado Carlos Geilson, são ambulatoriais. Só algumas necessitam de internamento para fazer a ressecção – há médicos aqui que podem dar esse depoimento. Apenas um percentual pequeno, precisa fazer a ressecção da safena, passando na safena um cateter, transformando uma cirurgia simples de varizes numa cirurgia vascular invasiva.

Lá no Clérison, foram feitas cerca de 450. Somente, deputado Alan Sanches, com os estiletos – V.Ex^a sabe o que é por dever de ofício –, para a ablação das varizes foram gastos 11 milhões 160 mil; somente com os cateteres de safena foram gastos 4 milhões 155. Eu não quero somar mais nada a não ser esses dois itens que dá 15 milhões, 315 mil. Não estou falando aqui de remuneração de profissional, não estou falando de nada mais, não estou falando de anestésico e de nenhum outro insumo. Só com esses dois itens: cateter de safena e estilete para ablação gastou-se para 450 cirurgias 15 milhões 315 mil. Dividindo-se 15 milhões 315 mil por 450 cirurgias chega-se ao valor médio de R\$34.033,33. Isso é um custo maior do que uma cirurgia cardíaca feita no Aliança ou no Hospital Santa Isabel.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Pois não, vou lhe conceder o aparte daqui a pouco. Sei que V.Ex^a vai contribuir.

O preço médio de uma cirurgia de varizes nos hospitais e clínicas particulares oscila em torno de 3 mil reais e a maioria absoluta delas são feitas em regime ambulatorial, normalmente nos days hospital. Então se esses 450 pacientes que foram operados no Clérison tivessem sido encaminhados, trazidos para o Hospital Aliança

que é um hospital de referência, um hospital com uma boa hospedaria, tivesse levado para lá, o Estado teria gasto, com esses 450 pacientes, cerca de um milhão 350 mil. Ou seja, menos de 10%, cerca de 8% do que Pitangueiras gastou lá.

Mas não podia ser diferente, porque essa fruta é azeda, deixa um gosto amargo na boca. Gosto muito, mas essa desonestidade, essa roubalheira perpetrada contra o povo da Bahia que está precisando ficar hospedado nas portas dos hospitais, nas filas do SUS, não teve início no Clériston Andrade e, sim, na Sesab através do diretor da rede, Dr. José Walter, que continua diretor, porque teve um apadrinhamento político muito forte. Não vou citar aqui quem foi o padrinho, nem sob tortura citarei, porque quero dar oportunidade ao secretário Fábio Vilas-Boas. Ele está com a cabeça quente desde sábado à noite com essas denúncias e quero dar oportunidade dele apurar. Fábio Vilas-Boas, o remédio é simples para expurgar da Sesab as falcatruas que foram cometidas. Agora, S.Ex^a precisa saber que algumas dessas compras foram feitas com autorização de diretores nomeados por S.Ex^a nesse governo, acredito que inadvertidamente. A presunção é de inocência e eu aposto na inocência do secretário, médico, meu colega, Fábio Vilas-Boas, diga-se de passagem que nem conheço, nunca fui apresentado a esse moço.

Os aparelhos, deputado Alan Sanches, utilizados nessas cirurgias eram cedidos em comodato, não se pagava nada por isso. A Sesab pagava somente pelo refil, o refil são as sondas, os cateteres, os estiletes. Quando a verba do registro de preços da Sesab acabou, os hospitais - não foi somente o Hospital Clériston Andrade, deputado Zé Raimundo, ele não está sozinho nessa roubalheira - Ernesto Simões, Roberto Santos, o hospital de Conquista, o hospital de Lauro de Freitas, como o Hospital Clériston Andrade, continuaram fazendo as cirurgias e comprando esses insumos com recursos próprios.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- O recurso próprio de um hospital como o Hospital Geral, que chega por mês, é cerca de 2 milhões, um milhão e 500 para comprar insumos e 500 mil para serviço.

Então, quero aqui dizer que as compras foram diretas dos hospitais citados, não foi o Clériston Andrade só, não é Pitangueiras só que precisa sair, o secretário Fábio Vilas-Boas, que é homem probo, sério, e que conhece pouco de política, precisa chegar na primeira quitanda da esquina e comprar raticida para dedetizar aquela desgraça daquela secretaria, que está contaminada.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado, o tempo terminou.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo a V.Ex^a que temos tantos problemas graves no nosso entorno, na nossa vizinhança, que está fazendo com que o povo esteja batendo o joelho no chão e clamando misericórdia a Deus. Uma ressonância magnética custa, particular, em torno de R\$600,00, R\$800,00, e não se consegue em lugar nenhum, uma tomografia de igual modo, enquanto isso, se paga mais de R\$30 mil por uma cirurgia de varizes.

Concluo dizendo a V.Ex^a que a minha esposa se submeteu a uma cirurgia do gênero, ano passado, por uma das melhores equipes, senão a melhor equipe de cirurgia vascular do Estado da Bahia, em um Day Hospital, e tudo custou apenas R\$ 3 mil. Se gritar pega ladrão no entorno daquela Secretaria da Saúde, acho que por lá só fica o secretário Fábio Vilas-Boas.

V.Ex^a, que é médico, me perdoe, mas sugeriria à deputada Luiza Maia que ela propusesse uma CPI para que fossem apurados os desmandos na Secretaria da Saúde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Deputado, encerrando o tempo do senhor, por favor.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador, pelo tempo de até 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, neste tempo falará a deputada Ivana Bastos, por 5 minutos, e o deputado Eduardo Salles por 6. A deputada fala primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra a deputada Ivana Bastos pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, jornalistas presentes, aproveitando a oportunidade quero parabenizá-los pelo Dia do Jornalista, principalmente vocês que aqui na Assembleia Legislativa têm um trabalho ético, o trabalho de levar a nossa mensagem a todo o povo baiano. Parabéns a todos vocês!

Venho hoje a esta tribuna cumprimentar quatro municípios, os de Sebastião Laranjeiras, Dom Basílio, Pindaí e Malhada.

Deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Srs. Deputados! Deputados Zé Neto e Targino Machado, quero pedir-lhes que deem condições à deputada Ivana Bastos de falar, pois estão interrompendo a fala dela. Pediria que V.Ex^{as} falassem em outro lugar. Pode falar agora, deputada.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Nesses últimos 4 anos de trabalho, tivemos uma participação muito grande em Sebastião Laranjeiras, que completou 52 anos de emancipação política no último dia 7. Ele é localizado na microrregião de Guanambi, para nossa felicidade. Temos lá a gestão da Luciana Muniz. Quero registrar daqui o meu abraço a todo o povo do município e à prefeita.

Registro e parabeno também pelo aniversário de 52 anos Dom Basílio, município muito especial onde comecei a trabalhar e tive o prazer de conhecer o nosso querido Dr. Marilton, um jovem prefeito que sonhava em trabalhar por sua terra mas com 8 meses de gestão veio a falecer, ocupando o seu espaço o então Sr. Vice-Prefeito, João Careca, que tem feito um trabalho brilhante com os vereadores e os companheiros lá. A cidade fica perto da de Livramento de Nossa Senhora.

Parabenizo igualmente com muita satisfação o município de Pindaí, que fica a cerca de 70 quilômetros de Guanambi e está completando 53 anos de emancipação política. Nele está um dos maiores parques eólicos da Bahia, entre Caetité e a Serra de Guirapá, localizada também em Pindaí, onde se encontra grande parte da jazida de minério da Bahia Mineração, no distrito de Guirapá. A cidade é administrada pela valente e guerreira prefeita Rosane Prado.

Quero ainda registrar, neste dia 7, o aniversário de 52 anos de emancipação política de Malhada, situado às margens do Rio São Francisco e administrado por um prefeito também guerreiro e valente, Gimmy Everton, um jovem que está mudando a cara daquele município.

Então, deixo o meu abraço a todos estes quatro municípios, Malhada, Sebastião Laranjeiras, Dom Basílio e Pindaí.

Aproveitando a oportunidade, quero fazer um convite a todos os deputados desta Casa, não somente os que compõem a Comissão Especial da Ferrovia Oeste-Leste, para amanhã, às 11 horas, horário da nossa reunião, recebermos o presidente do Sintepav-Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial da Bahia, e o hoje deputado federal Bebeto, que é ex-presidente do Sintepav, para que possa nos trazer esclarecimentos sobre as demissões que ocorreram há mais ou menos 15 dias nos lotes que estão em construção na Ferrovia Oeste-Leste. Precisamos debater como estão as questões dessas demissões, dos acordos trabalhistas e do andamento dessas obras.

A Ferrovia Oeste-Leste é uma obra de suma importância. E precisamos, não só a Comissão da FIOLE, mas todos os membros desta Casa, acompanhar de perto e brigar para que essa obra realmente se concretize.

Muito obrigado a todos!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Eduardo Sales pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Prezados deputados, Sr. Presidente, hoje tivemos um momento muito importante nesta Casa. Por uma indicação minha, tivemos uma reunião com toda a cadeia do leite no Estado da Bahia, na Comissão de Agricultura, presidida hoje pelo deputado Pablo Barrozo.

Uma reunião, sem dúvida, que faz história nesta Casa, muito pródiga e importante, com a presença da Associação dos Produtores de Leite da Bahia, que representa mais de mil produtores de leite do Estado. Tivemos a presença de diversos presidentes de sindicatos, e eu gostaria de ressaltar as presenças dos presidentes dos sindicatos de Seabra e Itapetinga, João Gomes e Adriano Alcântara, respectivamente. Também a presença de Francisco Benjamim, representando o Dr. João Martins, presidente da Federação da Agricultura do Estado da Bahia. Tivemos a presença do Sind Leite – Sindicato dos Produtores de Leite do Estado da Bahia. Enfim, um

momento de discussões intensas.

Nós, na Bahia, produzimos 1,2 bilhão de litros de leite por ano e consumimos 1,6 bilhão de litros de leite. Sessenta por cento desse leite produzido na Bahia provém dos pequenos produtores. Nós pudemos ouvir de Marcelo Matos, representante do secretário de Desenvolvimento Rural, uma apresentação perfeita dos problemas referentes ao leite no Estado da Bahia. Depois pudemos discutir, durante duas horas e meia, essa questão do leite. Quero lhes dar conhecimento, Srs. Deputados, que ao final dessa conversa, dessa importante discussão, houve diversas sugestões. Entre elas, a revisão de algumas políticas fiscais do Estado da Bahia, visando principalmente à competitividade com o leite que vem de fora e adentra o nosso território. Foi proposto também que criemos um selo que dê condição de incrementar o consumo dos lácteos produzidos no próprio Estado da Bahia.

Não podemos pensar só na questão do preço, temos de pensar também no aumento do consumo para que tenhamos uma sustentabilidade no preço. Falou-se também sobre a questão da reserva alimentar. A Bahia, Srs. Deputados, que passou por 3 anos de uma seca difícilíssima, na qual perdemos 1 milhão de cabeças no nosso rebanho de 11,5 milhões de animais, a grande maioria deles animais de leite de pequenos produtores, teve uma perda irreparável nesse período. Mas agora, para uma boa surpresa nossa, aprendemos com a seca, e tivemos hoje um incremento na produção de leite mais rápido do que esperávamos. Chegamos a 900 milhões de litros de leite produzidos por ano, e agora retornaremos a 1,2 bilhão de litros de leite por ano.

Informo a V.Ex^{as} que, infelizmente, a produtividade de leite na Bahia é uma das menores no Brasil. Produzimos 560 litros de leite por vaca ordenhada/ano. Estamos em 23º lugar em produtividade de leite por vaca ordenhada/ano. Claro que o rebanho da Bahia é diversificado, “anelorado”, como se fala, e é considerado ainda rebanho de leite. Isso só permite, simplesmente, que se produza 2,7 litros de leite por vaca/dia. O que é muito pouco, Srs. Deputados.

Outras soluções foram alocadas que, sem dúvida alguma, a curto, médio e longo prazos podem minimizar as questões do leite no Estado da Bahia.

Foi colocada a questão da CCLB em Feira de Santana. Um problema muito grave. Uma secadora de leite, um grande laticínio que teria capacidade de melhorar, e muito, a vida dos produtores de leite da Chapada Diamantina e da região de Feira de Santana, infelizmente, está parada há muitos anos. A proposta foi para que a CCLB possa retomar os trabalhos através de uma Parceria Público-Privada. E se coloque na gestão dessa CCLB o Sindicato de Produtores de Laticínios do Estado da Bahia, juntamente com a Associação dos Produtores de Leite. Faça-se alguma coisa, inicie-se esse debate para que não permitamos que uma fábrica de tamanha dimensão e importância fique paralisada, prejudicando milhares de pequenos produtores, principalmente da Chapada Diamantina e da Região do Sertão. A deputada Fátima Nunes conhece muito bem e sabe das dificuldades por que passam esses pequenos produtores de leite.

Falamos, também, da questão da Câmara Setorial de Leite, a fim de trabalharmos mais efetivamente com ela e discutirmos constantemente. A pedido do deputado Zé Neto, marcamos uma reunião para a próxima segunda-feira, às 15h, com o secretário da Sedes, o secretário da Agricultura e o secretário de Desenvolvimento Rural para discutirmos e avançarmos nesses assuntos sobre os quais falamos.

Também pedimos o estímulo na capacitação. Foi colocado muito bem pela Faeb/Senar e EBDA o trabalho que já vem sendo feito na questão da capacitação ao longo desses anos.

Precisamos, também, avançar na questão da reserva alimentar. Foi muito bem colocado pela SDR que temos uma certa reserva de palmas. Fizemos a doação de milhares de toneladas de palmas, e temos ainda a possibilidade de ampliar essa doação. Isso se iniciou à época em que fui secretário da Agricultura do Estado da Bahia, e acho que temos muito para avançar. A reunião foi muito proveitosa e com proposições importantes.

Sr. Presidente, deputado Fabrício, que conhece tão bem a região Sudoeste da Bahia, sabe a importância de avançarmos nesse tema da produção de leite no Estado da Bahia. Quero dizer a todos vocês que essa discussão tem de continuar, porque a Bahia vive do leite há muito tempo. E provoco os Srs. Deputados para continuarmos essa discussão nesta Casa para que possamos dar sustentabilidade a esse setor tão importante.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- O deputado Herzem Gusmão falará por 6 minutos; e o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão, conterrâneo, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, colega deputado Fabrício, da nossa terra, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos presentes nas Galerias, colegas da imprensa, quero saudar os jornalistas. Hoje é o nosso dia! Um grande abraço para os jornalistas que dão uma grande contribuição histórica para a Nação brasileira e para o nosso Estado da Bahia.

Sr. Presidente, deputado Fabrício, amanhã estarão aqui, em três ônibus, professores da Universidade do Sudoeste da Bahia, com o lema: “O dia estadual de luta em defesa da educação pública”.

Há duas semanas, deputado Fabrício, fiz uma solicitação na Comissão de Educação, presidida pelo deputado Eduardo Salles, para que pudéssemos realizar uma audiência pública, e fui questionado. Aliás, tenho sido questionado, numa espécie de patrulhamento e intolerância do Líder do PT. Senti que ele criou

dificuldades, como se não tivéssemos nada, absolutamente nada, para debater em nossa terra.

Ele me perguntou, indagou, qual seria a motivação. Eu respondi ao Líder do PT que a motivação seria a riqueza dos debates que seriam travados na nossa terra, lá em Vitória da Conquista.

Pois bem, os professores estarão chegando amanhã, ocupando 3 ônibus. Eles irão até a Secretaria da Educação para um protesto. É o Dia Estadual de Luta em Defesa da Educação Pública. E eles pretendem vir à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, eles estão reclamando, protestando. E aqui nesta Casa temos um ex-presidente da Adusb, professor José Raimundo Fontes, deputado, líder no passado dos professores, e tenho certeza de que os professores terão a atenção do deputado José Raimundo Fontes em relação às reclamações.

Aqui vou fazer o relato da Adusb, que o colega deputado José Raimundo conhece. São professores sérios, honrados, não fazem pirotecnia, são responsáveis, estão em defesa do ensino de 3º grau, desde a época em que o governo Wagner, através de um decreto, fez um contingenciamento, cortando verbas das universidades. E eles falam em relação à crise nas universidades. O texto é da Adusb.

(Lê):- *“Atualmente o governo investe apenas 5% da receita líquida de impostos nas Universidades Estaduais da Bahia (UEBA), o que não atende às demandas das Instituições. Além disso, as verbas de manutenção, investimento e custeio sofreram nos últimos dois anos redução de quase R\$ 20 milhões.”*

E ainda prossegue a Adusb em relação à crise: (Lê):- *“O silêncio do governo.”*

Eu chamo a atenção do professor deputado José Raimundo, e eu quero, ao contrário do que pensa o Líder do PT, confessar a admiração que tenho pelo professor, um homem preparado, correto, sério. Travo lides e conflitos dentro da normalidade e do princípio democrático com o professor José Raimundo há mais de 30 anos. Quando visitava o nosso programa, ele levava uma claque, e sempre foi respeitado, ele sabe disso. Eu invoco o testemunho do próprio deputado José Raimundo Fontes.

Então, eu gostaria de apelar para que amanhã ele intercedesse, convidasse o Líder do governo, deputado Zé Neto, para que pudesse receber esses professores, dialogar com eles. Eles falam sobre o silêncio do governo.

(Lê):- *“A pauta de reivindicações do movimento docente foi protocolada em dezembro de 2014. Entretanto, o governo até o momento não respondeu o documento ou recebeu o movimento”.*

O discurso oficial é de que, segundo a Adusb, o governo do Estado não tem condições financeiras. Mas pregou aqui nesta Casa, através do secretário Dr. Manoel Vitória, que temos dinheiro em caixa, que temos R\$4,6 bilhões. Portanto, o governo precisa dar atenção às universidades do Estado da Bahia.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Sidelvan Nóbrega, por cessão do deputado Adolfo Viana.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, nesta tarde, registrar nesta Casa a minha indignação por uma nota pública, assinada pelo Dr. Cláudio Oliveira, diretor-assistente do Hospital Estadual da Criança. Essa nota diz o seguinte:

(Lê):- “O Hospital Estadual da Criança (HEC)/IMIP Gestão corre o risco de suspender o seu pleno funcionamento a qualquer momento. Isso porque a unidade hospitalar está sem receber exatos R\$22.174.200,00, referentes a quatro faturas do Governo do Estado, uma delas do exercício anterior (dezembro/2014, janeiro/2015, fevereiro/2015, março/2015).

Por conta desse atraso nos repasses, o hospital está com o estoque de alimentos, materiais médicos hospitalares e medicamentos reduzido que pode durar apenas até sexta-feira (10).”

Até sexta-feira, deputados. Estamos falando de um hospital que atende à Cidade de Feira de Santana e todas as cidades circunvizinhas. Estamos falando do hospital que atende crianças!

(Lê):- “Isso afeta diretamente os pacientes da unidade hospitalar, que dependem destes itens para um tratamento adequado o qual possibilita os melhores resultados no processo de internamento, seja clínico ou cirúrgico.

*A falta de repasses já ocasionou a suspensão das cirurgias eletivas e, a partir desta terça-feira (7), também vai ocasionar a suspensão das marcações de consultas. Ainda por conta desse atraso, na próxima segunda-feira (13) serão suspensas as atividades ambulatoriais. Os pacientes regulados também poderão sofrer consequências.”*Deputado Zé Neto, gostaria de sua atenção, já que V.Ex^a é de Feira de Santana e é o Líder do governo. Estamos falando do Hospital da Criança e gostaria de que V.Ex^a desse uma atenção maior.

O Sr. Zé Neto:- Vai ser pago.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Vamos fiscalizar.

(Lê):- “A emergência, por sua vez, atenderá tão somente os pacientes classificados como vermelho, ou seja, aqueles com risco iminente de vida, segundo o sistema de classificação de risco adotado pela unidade hospitalar. Esse atraso nos repasses dos últimos quatro meses compromete ainda o pagamento dos salários dos médicos e funcionários.”

Ora, Srs. Deputados, esta Casa precisa fiscalizar!

Fico a observar e não vejo o deputado Alan Sanches, que é presidente da Comissão de Saúde...

Isso aqui é uma denúncia grave!

O deputado José de Arimatéia também faz da parte da comissão e deveria ir, Sr. Presidente.

Deputado Alan Sanches, isso é muito grave! O Hospital da Criança...

Se estão tratando as crianças assim, deputado Luciano, imagine nos hospitais dos adultos!

O Sr. Luciano Simões Filho:- Um aparte, deputado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Com o aparte o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Amigo Sidelvan, parabéns pelo discurso. V.Ex^a exerce muito bem a sua função de fiscalizador.

Gostaria de complementar o brilhante discurso de V.Ex^a dizendo que o movimento do dia 12 de abril dará continuidade ao movimento do dia 15 de março, e terá como slogan: “Eles não entenderam nada”.

São fatos como esses que fazem com que o movimento do dia 12 de abril tenha grande legitimidade.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Muito obrigado, e incorporo o aparte de V.Ex^a.

Deputado Zé Neto, V.Ex^a está dizendo que será pago, mas tenho informação de que o contrato com o gestor desse hospital será encerrado. O Estado está encerrando o contrato! Isso é muito grave.

Chega, aqui, deputados, o secretário Manoel Vitorio dizendo que as finanças do Estado estão arrumadas; que não há pagamento atrasado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Ora, V.Ex^{as}, precisamos verificar isso aqui. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundo, deputada.

Por um equívoco meu, agora é o deputado Jânio Natal.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para uma questão de ordem, a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Não tem equívoco, não. Estou acompanhando aqui direitinho. Quem usou a palavra agora foi o PMDB, no tempo certo. Eu estou

acompanhando direitinho. Os próximos são o PTN, o PRP e o PROS.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Jânio Natal pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. JÂNIO NATAL:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, quero, inicialmente, parabenizar os jornalistas, porque hoje é o Dia do Jornalista. Parabéns a todos vocês que vêm exercendo um papel muito importante para a democracia do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, demais deputados, companheiros, já tive a oportunidade de falar, aqui, sobre a caótica situação da saúde no município de Porto Seguro e, em especial, a saúde no Hospital Luís Eduardo Magalhães.

Venho aqui, mais uma vez, falar para todos os presentes que a situação do Hospital de Porto Seguro está insuportável. Temos, hoje, um hospital com seus leitos completamente sucateados, sem qualquer possibilidade de recuperação. Todos os equipamentos de ar-condicionado estão quebrados e sem funcionar. Os equipamentos cirúrgicos estão velhos e obsoletos.

Infelizmente, nobres deputados, a saúde do governo do Estado da Bahia é a pior que poderia existir para o povo baiano. Nobre deputado Adolfo Viana, quanto aos equipamentos existentes lá como medidor de pressão, otoscópio, estetoscópios e aparelhos de eletrocardiograma, nenhum está em perfeito estado, pois todos estão sucateados.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JÂNIO NATAL:- Hoje, venho, aqui, pedir, mais uma vez, aos nobres colegas, da Situação e da própria Oposição, que dão suporte a este governo, para que ajudem as crianças e os adultos de Porto Seguro a terem direito à vida. A unidade de emergência, praticamente, não existe, porque não existem médicos. Quanto à maioria das especialidades médicas, estão faltando, por exemplo, pediatria, oncologia, cardiologia. Esses são profissionais importantes para a saúde do nosso povo. É uma pena! É lamentável!

Concedo um aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Jânio Natal, quero parabenizar V.Ex^a pela lucidez do seu pronunciamento. V.Ex^a cita a cidade de Porto Seguro e cita os problemas na questão da saúde daquela população. Aí, eu quero incorporar as minhas palavras ao discurso de V.Ex^a. Eu, já, por várias vezes, citei, como exemplo, a cidade de Juazeiro que está nas mesmas condições ou em condições até piores do que a de Porto Seguro, cuja a realidade não conheço. Mas Juazeiro está um caos e esta situação, deputado Jânio Natal, reflete-se em toda a região Norte. Os maiores problemas das cidades de Campo Alegre e Pilão Arcado acabam desembocando na cidade de Juazeiro, ou seja, o Estado da Bahia está literalmente na UTI. A população que mais precisa não conta com uma saúde de qualidade.

Onde está este Governo do Estado que não mostrou ainda para que veio, deputado Janio? De Porto Seguro a Juazeiro, ou seja, há problemas em todas as

cidades da Bahia. Pergunto aos deputados do Governo: “Cadê esse Governo, quando vai aparecer?”

A saúde pública está um caos e a segurança pública da mesma maneira. Em que Estado estamos vivendo, deputado Jânio Natal?

O Sr. JÂNIO NATAL:- Incorporo, nobre deputado, o seu aparte ao nosso discurso e acrescento que, só para V.Ex^asterem uma ideia, hoje, em Porto Seguro, estão deixando de fazer cirurgias por falta de roupas cirúrgicas. Observe, Fábio Souto, roupas cirúrgicas!

Então, é lamentável, é triste que isso aconteça.

Outra coisa, deputado, não se pode admitir uma unidade de saúde tão importante como a do Hospital Luís Eduardo, de Porto Seguro, que atende todos aqueles municípios vizinhos, como Belmonte, Cabralia, Tapegi, Tagi, Eunápolis, Itabela e tantos outros. Há quase 15 mil habitantes nesta região. Pasmem com o que vou lhe dizer: o hospital está sem pagar o salário referente a dois meses de trabalho aos profissionais de saúde daquele município. Um detalhe: não é por causa da má gestão da Monte Tabor, e sim porque o Governo do Estado não está repassando os recursos devidos.

Então, é lamentável, é triste esta situação.

O Sr. Fábio Souto:- Um aparte, deputado.

O Sr. JÂNIO NATAL:- Com o aparte, deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Jânio, em primeiro lugar, agradeço o aparte de V.Ex^a e o parabênço, porque V.Ex^a defende um patrimônio do Extremo Sul da Bahia, que é o Hospital Luís Eduardo. É importante uma região ter um deputado que lhe represente e o Extremo Sul, Porto Seguro, toda aquela microrregião, tem a sorte de tê-lo como deputado. V.Ex^a mora na cidade, vive o seu dia a dia e vem a esta Casa denunciar a terrível situação em que se encontra o Hospital Luís Eduardo.

V.Ex^a está de parabéns, V.Ex^a que aqui tem denunciado tanto a situação da saúde, quanto a situação da segurança pública da cidade de Porto Seguro e da região.

Hoje estivemos com o secretário e ele próprio, deputado Janio Natal, admitiu a situação difícilíssima da segurança de Porto Seguro, disse que iria tomar providências em relação a essa realidade e admitiu também a falta de efetivo tanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Militar naquela cidade.

Então, V.Ex^a está de parabéns por vir a esta tribuna cumprir o seu papel como deputado estadual e expor aqui todas as mazelas que estão acontecendo no Extremo Sul e em especial na cidade de Porto Seguro em relação ao Hospital do Estado.

O Sr. JÂNIO NATAL:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu discurso. Mas, vejam bem, deputados, essa situação da falta de dinheiro para a saúde abrange todo o Estado. Quando ouvimos o governo dizer que vai construir uma ponte Salvador/Itaparica, interpretamos isso como piada. Primeiro vamos colocar a saúde da população baiana em dia. Crianças e adultos estão morrendo por falta de compromisso do Estado com a saúde do nosso povo.

Presidente Marcelo Nilo, peço ajuda a V.Ex^a, que teve voto na minha cidade Belmonte. Nos ajude, ajude Belmonte, Itapebi, Cabralia, Itagimirim, Porto Seguro, pois nós estamos precisando. Em Porto Seguro só existe uma UTI com 5 leitos apenas. Soube que o Governador Rui Costa recentemente esteve em Porto Seguro e prometeu colocar mais 5 leitos. É pouco. Precisamos de no mínimo de 15.

Com o aparte o deputado, nosso grande Líder, Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Jânio Natal, V. Ex^a que foi prefeito por diversas vezes, deputado federal, e chega a essa Casa como deputado estadual com uma grande responsabilidade de defender Porto Seguro e toda a região do extremo sul da Bahia. O que V. Ex^a traz nessa tarde é muito grave. V.Ex^a faz um discurso em que o Governo dá as costas à vida.

Mas, V.Ex^a também tem que registrar que o governo Rui Costa é o governo de continuidade do ex governador Jaques Wagner. Então, o Sr. Governador atual é consciente de todos os problemas que Porto Seguro atravessa. Imagine V.Ex^a, Porto Seguro que é uma cidade/capital conhecida mundialmente, que é um ponto turístico conhecido no mundo, o governo vira as costas para a saúde. Imagine V.Ex^a os municípios menos favorecidos!

V.Ex^a traz aqui uma discussão séria, que passa do campo político, mas V.Ex^a, no seu discurso, atesta a mesma tese do governo passado, a existência de duas Bahias. A Bahia da propaganda e a que nós vivemos. Parabéns a V.Ex^a que traz para esta Casa um debate importante que fala em relação à vida. E o governo do Estado continua sendo omissos às mortes, ou nos homicídios, ou omissos às mortes nas filas dos hospitais.

Muito obrigado.

O Sr. JÂNIO NATAL:- Incorporo o aparte do nobre Líder.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir deputado Jânio Natal.

O Sr. JÂNIO NATAL:- Gostaria de concluir, nobre Presidente, procurando saber dos nobres deputados porque essa briga de Jorge Sola com Fábio Vilas-Boas? Quem é que está contrariando o outro? E por quê? Ora, Sr. Secretário Fábio Vilas-Boas, V.S^a deveria era cuidar da saúde das crianças e dos adultos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado eu faço um apelo.

O Sr JÂNIO NATAL:- Não sei por que o deputado Robério está pedindo a V.Ex^a que solicite a conclusão do meu pronunciamento? Talvez seja porque ele queira falar hoje aqui. Para concluir, quero dizer que a saúde no nosso Estado é uma vergonha. E esse governo que está aí é um governo caloteiro.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos. Deputada Fátima Nunes?

A Sr^a Fátima Nunes:- Presidente, falará...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- É apenas para saber qual a Ordem do Dia de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Existem 3 projetos na Ordem do Dia. Um título e uma medalha de Divaldo Franco e do Desembargador Jatahy Fonseca, e um Projeto do Poder Executivo que leva o nº 21.080/2015. Os 3 irão para a votação.

Com a permissão de V.Ex^{as} vou prorrogar a sessão por 60 minutos. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, pelo tempo de 6 minutos falará o deputado Robério Oliveira, e depois a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 6 minutos, também.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Robério Oliveira pelo tempo de até 6 minutos. Deputado, por favor.

O Sr. ROBÉRIO OLIVEIRA:- Presidente, Nobres Deputados, pela primeira vez estou usando esta tribuna e gostaria de me apresentar aos senhores.

Fui prefeito duas vezes, minha esposa foi deputada estadual, colega de alguns dos senhores aqui presentes, e agora é prefeita de Porto Seguro. Fui eleito deputado estadual com o propósito de ajudar uma região que teve inúmeros representantes com oportunidade de trabalhar por esses municípios da 8ª região, na qual fui maciçamente votado, e nada fizeram.

Não fizeram. São acostumados a usar o microfone para prometer. Esses são caloteiros, porque recebem os votos e nada dão em troca. Procurem ver para que municípios foram as emendas desses deputados. Foram para diversos municípios.

O Sr. Jânio Natal:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROBÉRIO OLIVEIRA:- Não citei nome de nenhum deputado. A carapuça está servindo para alguns. Coloquem a carapuça, e usem na oportunidade que tiverem.

Não tenho experiência no Parlamento, pois nunca fui deputado, nunca fui vereador. Estou tendo esta oportunidade pela primeira vez. Já apoiei muitos deputados, inclusive, deputados federais que hoje são deputados estaduais. E pergunto: em 4 anos de mandato federal, onde estão as emendas desse deputado? Vamos levantar. Para qual município foram essas emendas?

Falar do Estado é muito fácil. Dizer que o governo não fez é muito fácil. Mas quando se tem condição de poder fazer uma emenda para ajudar a manutenção da saúde, que passa por dificuldade no País inteiro, não só na Bahia, por que essas emendas vão para os municípios para construção, e não para manutenção? Fica a interrogação.

As dificuldades que enfrentamos são muito grandes. O País passa por dificuldades, e todos nós vamos para casa preocupados com o futuro. Evidentemente que cada vez mais a situação se complica por conta da crise de credibilidade que se

tem quando começam essas discussões em que se coloca o País em dúvida.

Temos um passado que é recente e que precisa ser colocado às claras. Ficamos pensando e poderíamos fazer essa ligação: para onde foram as emendas dos deputados e os votos que eles tiveram naqueles municípios. Este é o levantamento que coloco para os senhores.

Porto Seguro também teve outros prefeitos que por lá passaram e tiveram oportunidade. Eram aliados do governo do Estado. O que foi feito? Vamos esclarecer essas coisas? Vamos colocá-las às claras aqui?

Portanto, digo a V.Ex^{as} que promessas vazias, promessas aos eleitores que não são cumpridas, esse é o verdadeiro calote.

Quero aproveitar para agradecer o apoio que tive de muitos municípios do Extremo Sul da Bahia. Tenho trabalhado incessantemente, desde o meu primeiro dia de mandato como deputado, em prol desses municípios onde fui votado. Em cada um deles trabalhando para corresponder aos votos que tive, mas não com promessas vazias, nem discursos vazios, mas com trabalho. Nesses poucos dias de mandato como deputado, tenho trabalhado em cada um deles.

Posso trazer e mostrar para vocês, em cada cidade em que fui votado, tudo que estou fazendo e desenvolvendo em prol daquele município.

Quero agradecer o apoio que tive nesses municípios e a oportunidade que estou tendo agora, de público, quero dizer que votei para senador em Otto Alencar. Orgulho-me da eleição maciça e da virada histórica do senador Otto Alencar. O PSD esteve de mãos dadas com esse projeto que elegeu o Rui Costa e estarei, sim, junto com o nosso governador Rui Costa, com o senador Otto Alencar e à disposição para discutir ideias que levem ao progresso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alan Sanches para uma comunicação inadiável. Peço-lhe que seja breve.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, obrigado pela deferência. Na verdade, diante do que já foi exposto aqui hoje, falou-se em CPI, em questionamentos contra a Sesab...O secretário de Saúde passou-me a informação de que já abriu uma sindicância administrativa, um processo administrativo, justamente para avaliar 2013/2014 esse mutirão de varizes.

Queria deixar essa informação para V.Ex^{as} e depois vou inteirar-me sobre o assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, naquele dia, V.Ex^a aqui fez um apelo para que se fosse questão inadiável para o governo também vai ser para a Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo. Ele trouxe uma informação...

O Sr. Sandro Régis:- Não mudou a vida de ninguém a informação dele, nem a minha nem a de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, nunca neguei uma questão inadiável a ninguém, apenas fiz um apelo. Eu não posso negar. Como ele apenas comunicou, e eu acho que é um assunto importante, qualquer deputado que queira... Faço um apelo para que não entremos na rotina.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a minha querida amiga, deputada Fabíola Mansur.

Quero lembrar a V.Ex^a que acabei de assinar a criação da comissão composta por cinco membros, presidida pelo deputado Fabrício Falcão, pela Mesa; V.Ex^a e os deputados Fábio Souto, Zé Raimundo e Luciano Ribeiro.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, muito me alegra a criação dessa comissão, que foi um dos pleitos que o partido, o PSB fez a V.Ex^a, justamente a criação de uma comissão de deputados para dar celeridade à votação de projetos. Quero dizer que V.Ex^a tem cumprido sua palavra com o partido em todas as condições.

O que me traz aqui é que, coincidentemente, nós temos o Dia Mundial da Saúde comemorado hoje, 7 de abril, e o Dia do Jornalista, da Imprensa. Fico muito chocada porque muitas informações que são trazidas aqui, com todo respeito que tenho à Bancada de Oposição... mas a gente não pode fazer de denúncias de uma imprensa, não da imprensa que está aqui, a imprensa séria que apura dados antes de noticiar... fazer de notícias da saúde, saúde tão combatida, tão subfinanciada, que precisa de pontes... E hoje na Câmara Municipal tivemos os dois secretários lá em simbiose dizendo “precisamos conseguir verbas para saúde”, que deputados venham aqui trazendo, baseado em notícias de um vereador sem fundamento, algumas notícias que me causam uma certa tristeza.

V.Ex^{as} conhecem meu equilíbrio. Eu defendo o que é defensável. Mas quero dizer ao meu nobre amigo médico, deputado Targino, que a informação sobre o Clérison, em varizes, não é verdadeira. Primeiro, o registro de tomada de preços é um registro para todas as unidades de rede própria para todos os materiais, órteses, próteses e insumos. Segundo. um milhão e meio o Clérison recebe por mês para todos os serviços, que dá no final dezoito, não só pra varizes. Terceiro, cirurgias de varizes são realizadas não só no Clérison Andrade como no Menandro de Farias...

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- No momento oportuno, deputado, se eu tiver tempo, com toda honra lhe darei o aparte.

(...) no Ernesto Simões, no Roberto Santos e mesmo em Vitória da Conquista.

Uma outra coisa é o que diz respeito ao atraso que foi citado aqui do Hospital

da Criança. Ora, sabemos, todos nós aqui de qualquer partido... Queremos aproximar o SUS da Constituição ao SUS real. No SUS da Constituição, saúde é direito de todos, mas sabemos que não temos verba. Obviamente, o Hospital da Criança é um excelente equipamento que vem sendo pago regularmente. E o que é regularmente na saúde? Todo mês cai lá o seu pagamento de R\$6 milhões, só que com atraso, há esse tipo de desencaixe do financiamento.

Assim é que dezembro está sendo pago em abril; novembro foi pago em março; outubro foi pago em fevereiro, e assim sucessivamente. Quem é da área da saúde sabe que há esse desencaixe. É verdade que esses desencaixes não são desejáveis, é verdade que desejaríamos que todos os profissionais de saúde, todos os hospitais da rede própria e suplementar, fossem pagos. É verdade. Mas é verdade também que se estão fazendo esforços para ampliar a assistência, não só no município, como em todos os municípios, com a ajuda do Estado, a ponto de os secretários, hoje, se unirem para financiar a saúde. Temos uma grande concentração de receita na União, é verdade que precisamos colocar em pauta a PEC que trata da “Saúde mais 10” para poder a União gastar 10% das suas receitas correntes brutas com a saúde, se queremos dinheiro novo.

O Hospital da Criança, e aí não tenho nenhum problema em relação a isso, todo mundo tem de ser... Para isso, tem de haver auditorias internas, auditorias externas, Ministério Público, Corregedoria. E não há, até este momento – conversei há pouco com o secretário Fábio e com o ex-secretário Solla –, uma denúncia formal do Ministério Público. Houve um acompanhamento das cirurgias no Hospital Clériston Andrade de setembro de 2013 a 2014, e não foram encontradas irregularidades. O Ministério da Saúde esteve aqui e não encontrou irregularidades. Agora, acho que tudo deve ser apurado, mas temos de ter a responsabilidade de não fazer pirotecnia, pelo menos com a saúde.

Quero pedir, neste Dia Mundial da Saúde, que todos os municípios tenham da atenção básica à alta complexidade e que os hospitais da rede própria, privada ou filantrópica tenham viabilidade, recebam em dia. Nós não estamos entendendo que a situação é gravíssima na saúde, não há dinheiro lá em cima e não adianta ficarmos acusando sem o devido fundamento, porque isso não leva a absolutamente nada. A Corregedoria e o Ministério Público são ferramentas normais, e tenho certeza de que nem o ex-secretário Jorge Solla nem o atual secretário, Fábio Vilas-Boas, se oporão. Inclusive, o secretário Fábio Vilas-Boas já está em contato com o Ministério Público, mas são denúncias infundadas, inverídicas. Não chegou, deputado Targino, a R\$ 6 milhões o total gasto com o Hospital Clériston Andrade.

Acho que devemos ter a responsabilidade, todos nós, no Dia Mundial da Saúde, de dizer: vamos pegar a Bancada de nossos deputados federais para trazer mais dinheiro para a saúde do Nordeste. O Hospital da Criança está sofrendo muitas por não-cumprimento de metas, o atual gestor vai ter de devolver R\$900 mil porque não cumpriu metas.

Precisamos exigir controle, pagamento em dia e ser os fiscalizadores. Mas,

sobretudo, parabenizando a todos os jornalistas, checar as informações antes de trazermos aqui, inviabilizando aquilo que já é tão difícil e tão subfinanciado.

Deputado Targino, com toda a consideração que lhe tenho, infelizmente, não poderei lhe dar o aparte, mas voltarei a esta tribuna para debatermos este assunto. Quero dizer que V.Ex^a está certo na preocupação, mas na informação, não.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do DEM ou do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Jânio Natal e por 5 minutos o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Jânio Natal pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JÂNIO NATAL:- Primeiro, quero agradecer ao nobre Líder Sandro Régis o tempo para que eu possa complementar o meu discurso.

Sr. Presidente, colegas deputados, entrei na política em 1988, ano em que fui eleito vereador na cidade do Salvador, sendo o mais votado pelo PDT. Em 1990, elegi-me deputado estadual; em 1992, prefeito de Belmonte; em 1998, elegi-me, mais uma vez, deputado estadual; em 2000, elegi-me prefeito de Belmonte mais uma vez; em 2004, renunciei à prefeitura de Belmonte e fui ser prefeito de Porto Seguro; em 2010, fui eleito deputado federal. E hoje, com muita honra, estou aqui de cabeça erguida exercendo o meu mandato em prol da população baiana, independente do município em que fui votado.

Mas há deputados aqui que não estão preocupados com a saúde da população pobre, da população humilde de Porto Seguro, de Belmonte, de Itagi, de Itapebi, de Eunápolis. Não estão preocupados, não! O que quero que eles venha dizer aqui é se a saúde do povo está decente, se está atendendo aos anseios da população. Quando eu fui deputado federal, coloquei diversas emendas para Eunápolis. Para Porto Seguro, coloquei dois milhões para a saúde. Infelizmente, a prefeitura preferiu perder esses recursos a enviar os documentos necessários para o Ministério da Saúde. E outra coisa que quero dizer a todos vocês: antes de nós escolhermos qualquer município para colocar uma emenda a gente procura ver a vida pregressa daquele político que está assumindo o exercício de prefeito. E eu tenha certeza absoluta que os municípios que eu coloquei, aliás, coloquei vários, só que o governo praticamente não liberou quase nada.

Eu gostaria de dar um aparte ao deputado Robério Oliveira, que aqui fez um discurso muito bom, um discurso eloquente, mas não teve a coragem de dirigir-se à minha pessoa nas suas colocações. Eu não mando recado, não, Robério...

(O deputado Robério tenta interromper o deputado Jânio Natal.)

Só um minuto. Eu quero que V.Ex^a diga aqui se Porto Seguro tem remédio

para a população. Eu quero que você venha dizer aqui se há médicos suficiente para atender a população...

(O deputado Robério fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Robério, ele está com a palavra. V. Ex^a pode até falar em outro horário, ele está com a palavra.

O Sr. JANIO NATAL:- Eu quero que V.Ex^a diga aqui se a segurança de Porto Seguro está decente para aquela população. Eu duvido que V.Ex^a venha aqui dizer a verdade contra o governo, esse governo que não cuida da saúde, um governo que não cuida da segurança.

Então, Sr. Presidente, demais colegas deputados, eu quero agradecer à Bancada do PMDB, em especial ao companheiro Sandro Régis. Muito obrigado, nobre deputado. E continuo a dizer, presidente Marcelo Nilo, a saúde e a segurança de Porto Seguro estão uma vergonha! Um desrespeito total àquela população. E eu não vou me calar, eu fui eleito com o voto popular para atender aos interesses da população.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Robério Oliveira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Robério Oliveira.

O Sr. Robério Oliveira:- O nobre deputado esquece que ele foi deputado federal...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado,...

O Sr. Robério Oliveira:- Estou na minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu darei.

Veja bem, há ainda o horário do PT e V.Ex^a, se quiser, fala. Agora, pedir uma questão de ordem para rebater um colega...

O Sr. Robério Oliveira:- Só quero falar sobre as emendas. Ele disse que deixou aberto para Porto Seguro R\$2 milhões para as emendas. Isso não é verdade, ele não tem como provar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isso não é uma questão de ordem.

O Sr. Robério Oliveira:- (...) porque não é verdade. Ele poderia colocar, já que fala da saúde, uma emenda para o custeio do hospital de que ele fala, e não é verdade essa situação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, Robério, não é uma questão de ordem. A questão de ordem é apenas para dirimir dúvidas dentro do Regimento. Se V.Ex^a quiser falar, tem horário à vontade...

O Sr. Robério Oliveira:- Vamos ter outras oportunidades. O que quero dizer é que essa coisa não foi verdade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, deputado, eu oriento aqui, principalmente, os deputados novos de que há horários de 20 minutos para cada projeto. Se quiser falar, tem tempo à vontade. Agora, não vamos responder a um deputado numa questão de ordem, senão, realmente, fere o Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra meu querido amigo deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero reportar-me ao nobre deputado Adolfo Viana de Castro para parabenizá-lo pelo pronunciamento que fez nesta tarde. E também parabenizá-lo pelos apartes que lhe foram solicitados, exatamente pelo conteúdo do seu discurso.

E como não deu nem para entrar na fila daqueles que não conseguiram falar, eu, em nosso pronunciamento, no tempo que nos foi disponibilizado, retiro um pouco deste tempo para comentar o discurso do nobre deputado Adolfo Viana, porque falar do político Antônio Imbassahy é muito fácil para qualquer baiano que tem consciência.

O deputado Antônio Imbassahy exerceu mandato aqui, nesta Casa, presidiu este Poder, foi governador deste Estado, foi prefeito da nossa capital por dois mandatos, já está no seu segundo ou terceiro mandato como deputado federal, e não se vê nada que possa manchar o seu currículo político.

Causa-nos espécie, neste momento em que está instalada na Câmara Federal a CPI da Petrobras, na qual o deputado Antônio Imbassahy tem tido uma participação importante e efetiva, que exatamente neste momento tragam à tona uma discussão de algo que era para ter sido discutido há mais de 10 anos.

Não quero dizer que não se possa discutir de novo. O que quero afirmar aqui, e tenho certeza de que também a maioria dos deputados desta Casa, é que nós conhecemos o comportamento ilibado do nosso querido deputado Antônio Imbassahy.

Portanto, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, parece-nos, a impressão que nós temos...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Só um momento, querido deputado Adolfo.

(...) é que querem desfocar o atual momento. Estamos às vésperas de mais uma manifestação popular no próximo domingo, com a CPI da Petrobras começando a esquentar. E parece que tem gente que quer tirar esse foco. Mas estamos, aqui, vigilantes para defender a honra daqueles que não merecem ser atacados.

Com o aparte o nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Um aparte, nobre deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Hildécio, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento.

E devo dizer que ficou muito claro para todos os parlamentares qual foi a

intenção da deputada Luiza Maia: prestar um serviço, tentar intimidar o deputado Antonio Imbassahy. Mas quem conhece o deputado sabe que ele vai continuar exercendo o seu papel na investigação, na CPI da Petrobras, de todos os crimes cometidos.

Então, se a intenção da deputada Luiza Maia foi intimidar o deputado Antonio Imbassahy, é uma prova de que ela, realmente, não conhece o deputado Antonio Imbassahy, que vai continuar a fazer o trabalho e conta com o apoio da maioria dos brasileiros, porque os brasileiros de todo o País, hoje, querem saber exatamente o que aconteceu na Petrobras. E é isso que ele tem feito, tem cumprido a parte dele.

Parabéns, deputado Hildécio, pelo pronunciamento de V.Ex^a.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Adolfo.

Com o aparte o deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Hildécio, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que, mais uma vez, estamos vendo no Parlamento uma manobra do PT para abafar o maior escândalo constatado neste País. O maior escândalo deste País, a roubalheira, a coisa que empobrece o Parlamento, que é a questão da Petrobras.

Quero dizer a V.Ex^a que estamos atentos, deputados. E dizer à nobre colega deputada Fabíola Mansur, que disse que o Hospital da Criança está recebendo, que temos uma nota pública dizendo que há 4 meses o Hospital da Criança, em Feira de Santana, não recebe recursos. E a informação que temos é de que o Estado vai encerrar o contrato com esse hospital, deixando as crianças da região de Feira de Santana à mercê sabe-se lá do quê.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:-Obrigado, deputado Sidelvan.

Para concluir, nobre presidente, quero reafirmar aqui ao deputado Adolfo que estaremos prontos para defender não só o deputado Antônio Imbassahy, mas todos aqueles que tenham conduta ilibada.

Sr. Presidente, numa próxima oportunidade, já que meu tempo foi dedicado à defesa do deputado Antônio Imbassahy, falarei aqui desta tribuna sobre o oásis da Bahia que baiano não vê, só na TV.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Partido dos Trabalhadores, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, no tempo do Partido dos Trabalhadores, falarão os deputados Marcelino Galo e Bira Corôa por 6 minutos cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Marcelino

Galo pelo tempo de 6 minutos, e em seguida o deputado Bira Corôa pelos 6 minutos restantes.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, nobres deputados, deputadas, Srs. da Imprensa, nossos companheiros servidores desta Casa, hoje pela manhã a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública realizou audiência no Ministério Público com a presença do secretário da Segurança Pública, Dr. Maurício Barbosa, que ali, numa atitude extremamente respeitosa, digna de elogio, teve a sua presença acompanhada de todo o alto comando da segurança pública neste Estado.

Estiveram presentes o comando da Polícia Militar, o comando da Polícia Civil, até chefes de gabinete, superintendentes daquela Secretaria, numa atitude digna de um estadista, em respeito a esta Casa, em respeito à Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública. Então, na verdade, venho aqui elogiar, porque aquela atitude merece ser uma referência de como se tratar o Parlamento de forma democrática.

Tivemos oportunidade de, durante duas horas, ouvir uma exposição séria, extremamente rigorosa, e com muita consciência do que se estava falando ali. Foi uma posição extremamente digna e respeitosa, e merece este registro.

Tratamos de um tema tão delicado como esse, e aqui vale dizer que a Comissão de Direitos Humanos é também de Segurança Pública. São temas que se complementam, não são inconciliáveis. Nós sabemos que o direito à segurança individual e o direito à segurança coletiva são direitos fundamentais da pessoa.

E, hoje, quando a vida é tão banalizada pela violência, quando nós vivemos uma situação extremamente severa, do ponto de vista dos indicadores, principalmente de crimes contra a vida... E, também, o secretário foi preciso nos indicadores quando fez um balanço dos últimos 4 anos e apontou claramente o que pretende fazer durante esse próximo período.

De forma que sabemos que sozinho nem o secretário, sua secretaria, a Polícia Militar e a Polícia Civil serão capazes de dar conta de um problema tão grave como esse. É necessária uma ação transversal do Estado, é necessária uma mobilização social. Sabemos dos fatores geradores da violência e temos que tratar isso com muita seriedade.

Ali, também, vimos a posição da comissão, dos deputados que compõem a comissão, que vem tratando com extrema seriedade questões do interesse da população, do interesse da sociedade, não amesquinhando o debate, um debate interessante, altamente qualificado, necessário para esta conjuntura.

Então, fica, aqui, esse registro, dizendo que vamos seguir com esse trabalho. E eu diria, também, que essa comissão funcionou até então com quase o seu quórum pleno, com a maioria quase unânime dos seus titulares participando de todos os debates, e é assim que vamos conseguir avançar e fazer com que esta Casa tenha uma participação importante numa temática tão crucial para nós, que temos uma responsabilidade muito grande.

Agradeço imensamente ao secretário, um homem extremamente sério, digno da posição que está ocupando, que não se esquivou, em momento algum, em responder todas as questões de forma extremamente transparente, colocando as suas limitações, colocando que necessitava do apoio desta Casa e da comissão.

Então, quero registrar, aqui, os meus parabéns ao secretário Maurício Barbosa. Ele dignifica o cargo de secretário, é um verdadeiro estadista.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras servidores e servidoras desta Casa, imprensa, visitantes, faço uso desta tribuna, neste exato momento, primeiro para dar ciência a este Plenário, a todos e a todas, que a Comissão de Promoção da Igualdade, no uso das suas atribuições, na semana passada aprovou o encaminhamento ao Congresso Nacional de uma nota de posicionamento da comissão, contrária à redução da maioria penal, como ação de posicionamento de uma comissão que priva pela integridade da juventude do nosso País, em especial a juventude negra, por compreender que a redução penal não é a solução para reduzir o índice de violência no nosso País. Muito pelo contrário, até porque o índice de violência atribuído ou relacionado com a juventude não chega a 3%; e quando passamos para homicídio, não chega a 1%.

E isso, Sr. Presidente, demonstra que essa ação é apenas para dar uma justificativa à opinião pública, consequentemente, colocando nos cárceres jovens negros da periferia. E isso não será a solução, repito, para esses jovens que já foram penalizados pela ausência das políticas de Estado na educação, na saúde, na ausência de esporte e lazer, na estrutura familiar, na orientação religiosa. E assim serão jogados na “faculdade” ou na “universidade” do crime para cumprirem suas penas em presídios ou em condição de reclusão.

Sr. Presidente, iria ler toda a carta, mas faço solicitação de que fique nos Anais desta Casa, e assim que conseguir coletar todas as assinaturas da comissão encaminharemos para o Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, ainda utilizo o que me resta do meu tempo para me posicionar em relação ao tema debatido hoje. Primeiro, Sr. Presidente, compreendo e respeito o papel da Oposição. Segundo, chamo a atenção para o fato de a Oposição tentar colocar a responsabilidade apenas no PT nesse processo de corrupção. Quero mais uma vez corrigir, porque são exatamente o PT e os partidos da base aliada que sustentaram o governo Lula, que sustentam governo Dilma, que na Bahia sustentaram o governo Wagner, que sustentam o governo Rui, que têm permitido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que seja apurado, diferentemente do que era feito em épocas

passadas. E sempre questiono o que foi feito com a pasta cor de rosa.

Não se discute, não se debate o que foi feito com uma série de outros escândalos, inclusive, como é o caso da temática de hoje, em relação ao metrô. Metrô esse que se tornou a maior novela sem solução, até então, do Estado da Bahia. E isso começou lá atrás. Começou com os ônibus articulados. Gente deste Estado que se presta ao papel de atacar, atacar, mas não assume que quando foi gestor do município de Salvador e que gestou a obra do metrô, chegou a iludir a população baiana trazendo ônibus articulados que evaporaram do seu sucessor, que teve de responder pelos viadutos e por uma série de outras ações. E essa novela vem encaixando como capítulos.

Sem dúvida nenhuma, foi com a ação responsável do governo do Estado, conduzido pelo PT e pelos partidos da base aliada, que o metrô agora é uma realidade para os soteropolitanos. E logo mais será uma realidade para a Região Metropolitana de Salvador e para a Bahia, porque será entroncado ou conectado com o sistema ferroviário de trem leve sobre trilhos, assegurando uma ligação com Camaçari, com Candeias, no Recôncavo. Chegando, logo em seguida, a Alagoinhas e também a Cachoeira.

Então, sem dúvida nenhuma, não temos nenhuma preocupação com esse debate. Agora, quero chamar a atenção e deixar aqui, Sr. Presidente, mais um questionamento. Porque todos aqueles que questionam... E me disponho a este debate tantas vezes sejam necessárias, inclusive trazendo para cá para dizer ao povo da Bahia onde foram parar as obras sacras do Estado da Bahia, das igrejas baianas que foram furtadas. A até então não se abre a discussão.

E eu sei por que a TV Bahia, com a base da Rede Globo, não quer discutir essa questão, porque nem sequer quer abrir o debate. Como é que a concessão da Rede Globo na Bahia chegou à TV Bahia. E assim podemos discutir a má utilização dos recursos públicos, todas as outras malversações implementadas sob interesses pessoais, familiares ou de pequenos grupos que ferem os interesses ou princípios da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Primeira votação, o Projeto de Resolução nº 2.314/2015, de autoria dos Srs. Deputados Rosemberg Pinto e Zé Neto, concedendo a Comenda Dois de Julho a Divaldo Pereira Franco. **(Publicado no DL em 31/03/2015)**

Por decisão anterior, para a votação de qualquer título o autor tem que pelo menos relatar o motivo pelo qual está propondo esta concessão. Apesar de Divaldo Franco ser uma pessoa conhecida, para não quebrar o acordo, sugiro ao deputado

Rosemberg que faça um relato rápido sobre a proposta da concessão da Comenda Dois de Julho a Divaldo Franco.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, parabenizo os jornalistas neste dia de hoje. Quero agradecer, em primeiro lugar, aos deputados Sandro Régis e Zé Neto, Líderes da Maioria e da Minoria, pela assinatura do requerimento em que o projeto, por acordo, é colocado em pauta para apreciarmos com dispensa de formalidades.

A Bahia inteira conhece o trabalho de Divaldo e dispensa comentários. É conhecido como pregador, homem espírita, que desenvolve um grande projeto social para o Estado da Bahia. É uma pessoa conhecida pela Bahia inteira. E é nesse sentido que tanto eu como o deputado Zé Neto sugerimos a comenda, validados pela maioria dos deputados com quem conversei sobre o assunto, em reconhecimento pelos trabalhos prestados para a população da Bahia.

Por isso quero pedir aos Srs. Deputados que votemos o projeto, espero que tenhamos unanimidade. Quero deixar claro que Divaldo não tem nenhuma relação política com o meu partido, é apenas uma demonstração de que a Bahia reconhece os trabalhos sociais e a pregação dele para o bem comum no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel para relatar.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, o Projeto de Resolução nº 2.314/2015, que concede a Comenda Dois de Julho a Divaldo Pereira Franco, é um projeto legal e constitucional. Portanto, Sr. Presidente, meu parecer é favorável.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Paulo Rangel, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em Plenário, a votação é secreta. É maioria simples. Como recomendam suas Bancadas, deputados Sandro Régis e Zé Neto?

O Sr. Sandro Régis: - Recomendo “sim”.

O Sr. Zé Neto: - Recomendo “sim” também.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Em votação. A votação é secreta.

(Início da votação secreta.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Trata-se da Comenda Dois de Julho para Divaldo Franco.

Os deputados que não votarem, nós vamos cortar o ponto, conforme anunciado anteriormente.

(Continua a votação secreta.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Aprovado, 47 Sim e 6 Não. Portanto, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 2.314/2015.

Próximo, projeto de resolução nº 2.320/2015, de autoria do deputado Luciano Simões Filho, que concede a Comenda Dois de Julho ao desembargador Edmilson Jatahy Fonseca Júnior. **(Publicado no DL em 07/04/2015)**

Designo para relatar a matéria o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Projeto de resolução nº 2.320/2015, de autoria do deputado Luciano Filho, que concede a Comenda Dois de Julho ao Dr. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior.

O projeto atende ao Regimento Interno da Casa em todos os seus aspectos, além da sua constitucionalidade.

Por isso, somos pela sua aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Antes de colocar em votação, com a palavra o deputado Luciano Simões para explicar por que propõe a concessão dessa medalha ao desembargador Jatahy Fonseca.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- O desembargador Jatahy Fonseca foi juiz estadual que bem representou a Bahia em grandes eventos fora do Estado, tem carreira ilibada no Judiciário Estadual, foi eleito desembargador por antiguidade e por merecimento, principalmente. Está concorrendo a uma vaga no STJ, também pleiteado pelo presidente do Tribunal de Justiça, o Sr. Eserval. É um homem de carreira ilibada que muito tem a somar na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Luciano Ribeiro, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

No Plenário. A votação é secreta.

Deputado Sandro Régis, como recomenda a sua Bancada?

O Sr. Sandro Régis:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Deputado Zé Neto, como recomenda a sua Bancada?

O Sr. Zé Neto:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Em votação. Votação secreta.
(Começa a votação secreta.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo é limite de Mascote e Santa Luzia. Os dois prefeitos assinaram. Só boto para votar divisão territorial quando os prefeitos assinam.

Srs. Deputados, só colocaremos aqui discussão de divisão territorial quando estiverem assinados pelos prefeitos envolvidos na divisão.

Vou encerrar a votação.

Resultado: Aprovado. Sim, 43. Não, 9. Portanto, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 2.320/2015.

Próximo projeto. Projeto de lei nº 20.925/2014, do deputado Rosemberg Pinto, que altera a lei nº 12.638, de 10 de janeiro de 2013, no inciso I do § 20 e inciso IV do § 22 do art. 1º, fixadora dos limites dos municípios que integram o território da identidade Litoral Sul.

PROJETO DE LEI Nº 20.925/2014

Altera a Lei nº 12.638, de 10 de janeiro de 2013, nos inciso I do § 20 e inciso IV do § 22 do art. 1º, fixadora dos limites dos Municípios que integram o Território de Identidade Litoral Sul.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - A Lei n.º 12.638, de 10 de janeiro de 2013, que define os limites dos Municípios integrantes do Território de Identidade Litoral Sul, atualizados com base na Lei n.º 12.057, de 11 de janeiro de 2011, passa a vigorar com as novas redações nos inciso I do § 20 e inciso IV do § 22, a seguir:

§ 20 - Os limites do Município de MASCOTE, ficam atualizados, passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Com o Município de Santa Luzia - começa na nascente do córrego Verde (coordenadas - 15º 28 16,67";-39º 21' 48,66"), desce por este até a sua foz no rio Pardo (coordenadas - 15º33'50,89"; 39º16'28,01"), sobe pelo rio Pardo até a foz do

córrego do carneiro (coordenadas -15° 33' 59,40"; -39° 17' 06,32"), daí em reta, sentido sudeste, até a nascente do córrego do Bento (coordenadas 15° 35' 35,34"; -39° 16' 40,72"), desce por este até sua foz no ribeirão das Inhaúmas (coordenadas -15° 36'20,99"; -39° 13' 26,98").

§ 22 - Os limites do Município de SANTA LUZIA, ficam atualizados, passando a vigorar com a seguinte redação:

IV - com o Município de Mascote - começa no ribeirão das Inhaúmas na foz do córrego do Bento (coordenadas -15°36' 20,99"; -39°13' 26,98"), sobe por este até sua nascente (coordenadas - 15°35' 35,34"; -39°16' 40,72"), daí em reta, sentido noroeste, até a foz do córrego do Carneiro no rio Pardo (coordenadas -15°33' 59,40"; -39°17'06,32"), desce por este até a foz do córrego Verde (coordenadas - 15°33'50,89"; -39°16'28,01"), sobe por este córrego até sua nascente (coordenadas -15° 28' 15,67"; -39° 21' 48,66").

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 8 de abril de 2015

Deputado Rosemberg Pinto

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há a assinatura aqui do prefeito de Mascote como também do prefeito de Santa Luiza, portanto é um acordo. Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Especial de Assuntos Territoriais.

Designo o deputado Luciano Ribeiro para relatar a matéria.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Trata-se do projeto de lei nº 20.925/14, do deputado Rosemberg Pinto, em que altera a lei nº 12.638, de 10 de janeiro de 2013, para poder então adequar aos limites dos municípios de Mascote e Santa Luzia.

Com esse projeto concordaram os prefeitos de ambos municípios e o projeto cumpre todos os requisitos do Regimento Interno desta Casa, bem como os aspectos da constitucionalidade. Por isso, sou pela aprovação do projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, para discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o deputado Alan Sanches, no âmbito das comissões, até 10 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputados, não vou fazer uma comunicação inadiável, então utilizarei o meu tempo na discussão do projeto, até que hoje tivemos algumas discussões aqui acaloradas e alguns questionamentos com relação à Secretaria de Saúde do Estado.

Eu queria trazer algumas informações que V.Ex^{as} ainda não têm, primeiro para deixar claro que, com relação ao que foi veiculado na imprensa, deputada Fabíola, sobre os mutirões de varizes, já foi aberta, conforme eu havia falado aqui numa comunicação inadiável, uma sindicância para apuração das denúncias veiculadas, bem como uma auditoria em todo o mutirão de varizes em 2013/2014.

Além disso, o deputado Sidelvan mencionou aqui o Hospital da Criança para a gente trazer alguns esclarecimentos. A Sesab já efetuou os pagamentos regulares nos meses de janeiro, referente à competência de setembro de 2014; fevereiro, referente à competência de outubro/2014; e março, referente a novembro/2014. O Hospital da Criança vem desde 2013 com 3 meses de atraso, mas na atual gestão, desde janeiro, foram feitos pagamentos mensais e regulares. A competência de dezembro/2014 será paga até o 5º dia útil de abril.

A gestão atual da Sesab mantém em dia todos os pagamentos a fornecedores do Hospital da Criança. Até para informação de V.Ex^a, porque acho que em maio, se não me falha a memória, estará vencendo o contrato com o atual prestador, mas sistematicamente ela vem sem cumprir as metas estabelecidas em contrato, por isso mesmo, em março agora foi aplicada uma multa de R\$900 mil.

V.Ex^a deve estar sabendo disso, foi contratado o dobro de leitos que ela hoje oferece ao cidadão do Estado da Bahia. Em 26 de março foi feita uma denúncia do contrato, que vencerá dia 30 de maio de 2015, exatamente como havia falado a V.Ex^a. E já está em andamento o processo de seleção para o novo prestador do Hospital da Criança. Quero deixar claras aqui essas informações. É evidente que questionamentos e denúncias sempre irão haver, mas, graças a Deus, o atual secretário vem trazendo essas informações em tempo, como nunca tive antes.

Por isso, como presidente da Comissão de Saúde, quis passar a V.Ex^{as} esses esclarecimentos que a Secretaria da Saúde vem nos enviando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou votar a favor do projeto de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça e de Divisão Territorial, o parecer do nobre deputado Luciano Ribeiro. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Agora, no Plenário, votação em primeiro turno. São dois turnos.

Em votação, em primeiro turno, o projeto de lei nº 20.925/2014, do deputado Rosemberg Pinto, que altera a Lei nº 12.638, de 10 de janeiro de 2013, nos incisos I do § 20 e inciso IV do § 22 do art. 1º, fixadora dos limites dos Municípios que integram Território de Identidade Litoral Sul. A votação é aberta, portanto o presidente não vota.

Tem de ser no computador, porque será cortado o ponto do deputado que não

estiver presente.

(Início da votação.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Marcelo, aproveitando esse tempo, para orientar, devo dizer que esse é um projeto de consenso, com a anuência dos prefeitos de Mascote e de Santa Luzia, que inicialmente poderiam ter uma perda com a divisão que foi feita. Então a SEI fez um novo desenho e, por acordo, está no projeto assinado pelos prefeitos de Mascote e de Santa Luzia. Obviamente, foi intenção da Casa não gerar nenhum problema para as prefeituras com essa divisão territorial. Foi com esse objetivo que nós acordamos lá e trouxemos para cá, tanto que foi aprovado por consenso.

Então, foi só para orientar que votássemos para validar, com o maior número possível, algo que foi acordado.

(Continuação da votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação. Resultado: sim, 49; não, 3; abstenção, 1. Aprovado o projeto de lei nº 20.925/2014.

Como esta votação é em dois turnos, convocarei uma sessão extraordinária, a se realizar 1 minuto após o encerramento desta, para votar o projeto em foco.

Deputado Zé Neto, colocaremos o projeto do governo do Estado.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Quero pedir a nossa Bancada que se retire do Plenário. Falei até com o deputado Sandro Régis, que queria pedir a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, com todo o respeito ao nobre Líder do governo, deputado Zé Neto, mas quero que V.Ex^a faça uma verificação de quórum, observando o tempo regimental. A Oposição acha que a sessão deve continuar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Os deputados podem ficar. Aqueles que não quiserem marcar a presença, não marquem.

Solicito que seja zerado o painel e que sejam marcados os 15 minutos. Os deputados Zé Neto e Sandro Régis são obrigados a marcar presença.

(Verificação de quórum.)

Há 21 Srs. Deputados. Colocaremos para votar. Felizmente, há quórum.

Em discussão única e votação o projeto de lei 21.080/2015, de autoria do

Poder Executivo. Designo para relatar a matéria o deputado Joseildo Ramos. (Pausa.)
Deputado Zé Raimundo, designo V.Ex^a para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao projeto de lei nº 21.080/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual dispõe sobre o procedimento de inscrição de créditos não tributários em dívida ativa do Estado da Bahia e disciplina os mecanismos de cobrança dos títulos executivos extrajudiciais, inclusive os que se refere o § 1º do art. 91 da Constituição do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O projeto se encontra com todos os elementos formais e tem base legal e constitucional. O nosso parecer é favorável pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luiz Augusto:- Sr. Presidente, gostaria de pedir vista do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei vista no máximo até 48 horas. V.Ex^a deve trazer na próxima terça-feira para que possamos votá-lo.

Antes de encerrar a sessão, lembro aos Srs. Deputados que convoquei uma sessão extraordinária a realizar-se um minuto após o encerramento desta para votarmos projeto de autoria do deputado Rosemberg Pinto.

Declaro encerrada esta sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*